

o professor

**o estatuto
do professor**

n.º 1 outubro 73

SEGUNDA EDIÇÃO

COLECÇÃO "ENSINO E PEDAGOGIA"

- | | |
|---|--------|
| 1. Agostinho Lopes — A Política de Mão-de-Obra Barata do Ministério da Educação Nacional | 20\$00 |
| 2. Costa Carvalho — Os Livros Escolares | 40\$00 |
| 3. Gomes Bento — História do Movimento Associativo dos Professores do Ensino Secundário (1891-1932) | 40\$00 |
| 4. António Teodoro — Para a História do Ensino em Portugal (no prelo) | |

Condições especiais para assinantes de «O PROFESSOR»

Pedidos a «O PROFESSOR»

Rua Fernando Pessoa, 166-6.º D — MATOSINHOS

EDITORES E PROPRIETÁRIOS

Alda Varela — António Teodoro
 Aurélia Martins — Cidália Silva
 Clara Fernandes — Clara Silva
 Costa Carvalho — Elsa Oliveira
 Eugénia Malheiro — Júlia Jaleco
 Lucinda Lopes — Mário Gomes
 Martinho Madaleno — Pereira da Silva
 Reis Monteiro.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede — R. Júlio Dinis, 604-3.º
 Dto. B — Porto

Delegações — R. Nicolau Chanterenne,
 274-2.º Dto. — Coimbra
 Avenida Gomes Pereira,
 45-4.º Dto. — Lisboa 4

DIRECÇÃO

Costa Carvalho, director
 António Teodoro
 Júlia Jaleco e
 Reis Monteiro, subdirectores

«O PROFESSOR» não é uma publicação oficial, nem recebe quaisquer subsídios de entidades oficiais ou particulares. É proprietário da revista um grupo de professores, que designa a Direcção e cuja composição vem acima enunciada.

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores.

Autoriza-se e estimula-se a transcrição desde que citada a origem.

ASSINATURAS

«O PROFESSOR» é uma revista bimestral durante o ano escolar. Uma assinatura comporta sempre 5 números.

Condições de Assinatura:

Portugal 60\$00
 Estrangeiro 75\$00
 Assinatura de apoio a partir de 100\$00
 Por via aérea: Preços indicados
 a pedido
 Preço do número avulso . . 15\$00
 Pedidos a:

«O PROFESSOR»

Rua Júlio Dinis, 604-3.º Dto. B

— P O R T O —

COLABORAM NESTE NÚMERO

Alda Varela — Álvaro Campos — António Quadros — António Teodoro — Arminda S. e Silva — Cabral Pinto
 Calvet de Magalhães — Carlos Moreira — Carmen Correia — Clara Fernandes — Conceição Antunes — Costa Carvalho
 — Elisabeth V. Luz — Elsa Oliveira — Fátima Rodrigues — Fátima Seica — Fernanda P. Santos — Gomes Bento — Idalino Pacheco — J. J. Borronha Gonçalo — J. J. da Silva — J. S. da Silva Dias — Joaquim Martins — Joaquim Sousa
 — José Bizarro — Júlia Jaleco — Leonor Real — Lucília Bidarra — Lucinda Lopes — Luisa C. Dias — M. Amélia Carvalho — M. Céu Patrício — Manuel Coroadinha — Manuel Pedrosa Gasina — Manuela Cabral — Manuela Silvestre —
 Maria Gonçalves — Maria Martins — Mário Ribeiro — Matilde Bento — Olinda Santos — Paula M. Vasconcelos — Regina Teixeira — Reis Monteiro — Rogério Mota — Salvado Sampaio — Sousa Santos — Vitor Silva.

SUMÁRIO

Nota de abertura	2
Correio	3
Noticiário	5
Apontamentos	8
«A Feminização da Docência» — Salvado Sampaio	14
«Por Uma Acção Pedagógica Autêntica» — Cabral Pinto e J. S. da Silva Dias	16

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

«Associação dos Professores»	19
«Recomendação relativa à Situação dos Professores (Unesco/OIT)»	20
«Breve História do Movimento Associativo dos Professores na Primeira República» — Gomes Bento	21
«Para Uma Associação de Professores»	24
«As Escolas Pronunciaram-se»	26
«O PROFESSOR Regista a Opinião de...»	27
«Cursos Complementares do Ensino Técnico»	34
«A Escola Que Eu Gostaria de Ter» — Teresa Guerreiro	40
Actividades dos Professores	41
Legislação	43
Bibliografia	44
O PROFESSOR na Imprensa Portuguesa	46
Através da Imprensa	47

CORRESPONDENTES DE «O PROFESSOR»

Iniciamos neste número a divulgação dos correspondentes da nossa revista nas várias escolas e liceus, com a inclusão de alguns nomes de Lisboa, zona Sul e Madeira. Tencionamos nos próximos números divulgar nomes de correspondentes de outras zonas.

ALGÊS — C. Preparatório — *E. P. Francisco de Arruda (secção)* — Elizabeth Magalhães

ALMADA — C. Preparatório — *E. P. D. António da Costa* — António Lima Rocha
E. Técnico — *E. T. Anselmo de Andrade* — José Duarte
E. T. Emlidio Navarro — Ludgero Leete

Liceu — *Liceu Nacional* — Leonardo Rocha

AMADORA — C. Preparatório — *E. P. Roque Gameiro* — Maria Teresa Soares

AMORA — C. Preparatório — *E. P. Paulo da Gama* — Cândido Matos Gago

BARREIRO — E. Técnico — *E. I. e C. Alfredo da Silva* — Carlos Moreira

CACÉM — E. Técnico — *E. T. Gama Barros* — Mário Casais Ribeiro

ÉVORA — C. Preparatório — *E. P. André de Resende* — Maria Antónia Dimas

FARO — E. Técnico — *E. I. e C. de Faro* — José Pires Canário

FUNCHAL — C. Preparatório — *E. P. Gonçalves Zarco* — Maria Natália Pais Pita
E. Técnico — *E. I. e C. do Funchal* — António Egidio Fernandes Loja
Liceu — *Liceu Nacional do Funchal* — Maria Lídia Homem da Costa

LISBOA — C. Preparatório — *E. P. D. Francisco de Almeida* — Fátima Pacheco

E. P. Eugénio dos Santos — Eugénia Malheiros

E. P. Fernando Pessoa — Amália Fialho

E. P. Francisco de Arruda — Maria Manuel Ricardo

E. P. Francisco de Arruda (Conservatório) — Rosário Maia

E. P. Luís António Verney — Carlos Abafa

E. P. Manuel da Maia — Manuela Cerqueira

E. P. Nuno Gonçalves — Helena Pato

E. P. Pedro de Santarém — José de Brito Pinheiro

E. Técnico — *E. Artes Decorativas António Arroio* — Margrit Günther

E. C. Ferreira Borges — Ana Maria Fontes

E. I. Fonseca Benevides — Maria Martins

E. I. e C. Josefa de Óbidos — Elsa Oliveira

E. C. Patrício Prazeres — Rita Magrinho

E. C. Patrício Prazeres (secção do Castelo) — Paulo Rodrigues

E. C. Veiga Beirão — Idalino Pacheco

Liceu — *Liceu D. Dinis* — Fátima Rodrigues

Liceu D. João de Castro — Maria Inês Cosme

Liceu D. Pedro V — Dulce Cunha Reis

Liceu Padre António Vieira — Cantarino Carvalho

Liceu Rainha D. Amélia — Matilde Duarte

ODIVELAS — C. Preparatório — *E. P. Avelar Brotero* — Maria Amélia Carvalho

PALMELA — C. Preparatório — *E. P. Hermenegildo Capelo* — Glicínia Maria Ferreira

QUELUZ — Liceu — *Liceu Nacional de Queluz* — Luisa Cruz Dias

SACAVÉM — C. Preparatório — *E. P. Gaspar Correia* — Maria Anunciação Valente

SANTARÉM — *Liceu Nacional de Santarém* — Madalena Gonçalves Lobo

SINTRA — Liceu — *Liceu Nacional de Sintra* — Maria Augusta de Freitas

VILA FRANCA DE XIRA — Liceu — *Liceu Padre António Vieira: secção:* — António Carvalho e Oliveira

ATRIBUIÇÕES:

1. Participar na orientação e preparação de «O Professor», comunicando questões—de ordem profissional, pedagógica ou cultural—levantadas no seu estabelecimento de ensino, organizando debates, mesas-redondas e entrevistas.
2. Impulsionar a difusão da revista, angariando assinantes e divulgando os números em preparação.
3. Agregar a si outros colegas interessados, de modo a constituírem um grupo de apoio.
4. Cada correspondente, ou grupos de apoio, pode possuir ainda um depósito de venda da revista e, eventualmente, de outras publicações de «O PROFESSOR».

O objectivo de «O PROFESSOR» é ter um correspondente, ou grupo de apoio em cada estabelecimento de ensino.

A DISCUSSÃO DO ESTATUTO NO LICEU GARCIA DE ORTA

Exmo. Senhor Director da revista «O Professor»

Peço-lhe o favor de corrigir a notícia publicada no primeiro número acerca da participação dos professores do Liceu Garcia de Orta na elaboração das sugestões a enviar ao Ministério, tendentes a redigir e publicar um Estatuto do Pessoal Docente.

O Reitor do Liceu Garcia de Orta pediu a prorrogação, por dois dias, do limite fixado para a apresentação das referidas sugestões, alegando não ter recebido, em devido tempo, comunicação superior para tratar do assunto.

Aproveitando essa prorrogação, os professores reuniram no Liceu, presididos pelo Reitor, e aí discutiram livremente o projecto do referido Estatuto, tendo-se encarregado duas colegas de redigir as conclusões finais a enviar ao Ministério.

Eu próprio participei nessa reunião e disse aquilo que entendi dever dizer, sem quaisquer restrições.

Agradecendo a rectificação da notícia, subscrevo-me com toda a consideração.

Porto, 20/11/73.

Fins do Lago

N. R. — A propósito desta carta do nosso colega e assinante Prof. Fins do Lago, permitimo-nos transcrever integralmente a circular em que nos baseámos para a redacção da nota incluída no «Breve Cômputo de uma Discussão» publicado no nosso primeiro número:

Liceu Nacional Garcia de Orta
Porto

Exmo. Colega:

A fim de dar satisfação a um pedido formulado pelo Senhor Director-Geral do Ensino Secundário, agradeço se digne entregar nesta Reitoria sugestões sobre alterações a introduzir na actual situação dos professores tal como se encontra definida no Estatuto. Agradece-se que essas sugestões se refiram a situações concretas e que as notas sejam claras e objectivas, e sempre que possível com menção das actuais disposições legais, que devem ser alteradas. Peço a maior urgência.

Agradecendo a colaboração me subscrevo com os melhores cumprimentos.

Porto, 27 de Junho de 1973.

O REITOR,

A. Vasco Rodrigues

Recordamos, a propósito, como aliás se refere na notícia em questão, que o prazo dado pelo Ministério para a discussão do Estatuto terminara em 25 de Junho.

POR UM AUTÊNTICO CONGRESSO DO ENSINO

No primeiro número de «O PROFESSOR», recordou-se que o ano lectivo de 1973-74 deverá ser, de acordo com as conclusões do VI Congresso do Ensino Liceal realizado em Aveiro, o ano do VII Congresso. E, a propósito, teciam-se algumas pertinentes observações que nos incitaram a desejar que, em relação a tal questão, se não ficasse pelo monólogo.

Porque consideramos este assunto de muita importância e interesse para toda a classe docente, assunto que merece reflexão e participação activa de todos, gostaríamos de retomar e reforçar algumas das considerações já feitas. Assim:

1 — O tempo que vivemos tem demonstrado e continuará a demonstrar que só o trabalho colectivo, a troca aberta de opiniões, pode conduzir a soluções acertadas com vista à resolução de grandes problemas.

2 — Os Congressos são considerados como um dos processos eficientes de auscultação, debate, estudo, encontro de soluções acertadas e de consciencialização colectiva.

3 — Para que um Congresso manifeste essas suas potencialidades, é necessário que se determine correctamente o seu âmbito, que seja rigorosamente representativo de todos os que estão envolvidos nos problemas nele questionados, que seja cuidadosamente preparado e funcione democraticamente.

4 — Um Congresso apenas sobre os problemas do ensino liceal, não tem sentido no contexto em que vivemos. Como professor do Ciclo Preparatório que somos, sentimos bem como os nossos principais problemas não são exclusivamente nossos e o mesmo acontecerá, por certo, com os professores do liceu. Sentimos bem como estamos ligados e somos interdependentes uns dos outros e como a desconexão e o desconhecimento uns dos outros é prejudicial ao ensino.

(Continua na pág. seguinte)

O êxito alcançado pelo n.º 1 de «O Professor» vem claramente demonstrar como são amplos os sectores da classe docente que cada vez mais se debruçam sobre os problemas inerentes à sua profissão.

Prova, ainda, que a Revista vem preencher uma real lacuna e veicular a comunicação ambicionada entre os professores.

Em quase todas as escolas e liceus do País ela foi vendida na sala dos professores, discutida, apreciada ou criticada num ambiente de simpatia e entusiasmo. Algumas excepções a este ambiente (chegou ao nosso conhecimento que em dois ou três estabelecimentos de ensino a circulação da revista foi proibida ou dificultada...) não invalidam o muito bom acolhimento geral, comprovado até pela circunstância de muitas escolas e liceus terem feito assinaturas para a biblioteca ou sala de professores.

Também a Imprensa diária e não diária e algumas estações de radiodifusão referiram o aparecimento de «O Professor», acentuando o carácter de abertura que se deseja que a Revista assumia.

O facto de a tiragem do n.º 1 se ter esgotado rapidamente, levando-nos a promover uma 2.ª edição para podermos satisfazer os pedidos de novos leitores e assinantes, é bem esclarecedor do interesse que despertou a iniciativa do lançamento de um órgão da classe docente, interesse esse que não diminuiu pois continuam a chegar-nos diariamente novos pedidos de informações e de assinaturas.

Mas, como referimos no nosso primeiro contacto com a classe, em Julho de 1973 através da circular 01/73, temos «todo um longo e trabalhoso caminho a percorrer». Para que «O Professor» se torne um órgão que dê forma às dúvidas, às inquietações, aos desejos que neste momento perpassam entre o pessoal docente, é necessário que todos nós — leitores, assinantes, cor-

respondentes e corpo redactorial — desenvolvamos um intenso esforço que leve à participação massiva da classe na orientação e realização da revista. Só assim a revista poderá ser um instrumento de trabalho em vez de um simples produto de consumo.

A participação de todos no sentido de tornar «O Professor» um elo de ligação entre a classe docente poderá ser um contributo extremamente valioso para a constituição daquilo que é hoje a aspiração maior do professorado: a Associação que nos represente e defenda colectivamente.

Publicamos em seguida excertos de três cartas de leitores, que seleccionámos de entre o abundante correio que recebemos por nos parecerem significativos e exprimirem opiniões manifestadas por outros leitores e assinantes.

«Como professora que sou, ao serviço no C. P. E. S. a revista interessa-me. Interessa-me porque os meus problemas são os de todos os professores, profissionalmente dispersos, afastados, alheios aos problemas que deviam ser comuns».

M. L. B. — Lisboa

«Desejo que o nível de «O PROFESSOR» se mantenha e que a revista venha a ser (não o será já?) uma voz independente e firme em defesa de uma classe que se ignora a si mesma e de um Ensino que se pretende cada vez mais democrático».

A. S. — Espinho

«Sou professor primário e nada vi (ainda não a li toda) até este momento que tornasse a revista aliciante à minha classe dentro do professorado. É na esperança de que tal venha a suceder no futuro que me faço assinante. Além disso, há problemas do professorado que são comuns a todos os graus e esses vi-os tratados, pelo que a revista me agradou muito».

F. P. B. — Aljustrel

N. R. — Desde a primeira hora procurou «O PROFESSOR» assegurar a abordagem de problemas que dissessem respeito a todos os graus de ensino e não apenas aos sectores docentes a que os responsáveis pela revista estão mais directamente ligados — o ensino preparatório e secundário. Tal não foi possível no nosso primeiro número. Congratulamo-nos em poder in-

serir neste número colaboração de professores primários e universitários, entre os quais contamos também já alguns assinantes. Esperamos que no futuro a participação de colegas do ensino primário e superior na elaboração de «O PROFESSOR» seja cada vez mais assídua, pelo que daqui lançamos um apelo a todos aqueles que queiram e possam enviar-nos a sua colaboração.

SEARA NOVA

REVISTA
MENSAL
DE
DOCTRINA
E
CRÍTICA

ASSINA — DIVULGA

(Continuação da pág. anterior)

O Congresso terá necessariamente de funcionar por secções, mas ficará condenado a priori, privado de elementos indispensáveis e falseado nas conclusões, se for antecipada e arbitrariamente amputado de sectores importantes — como, por exemplo, o Ciclo Preparatório.

5 — Um Congresso do Ensino, para ser representativo, implica que a todos os professores ou à imensa maioria seja permitida e facilitada uma participação tão directa quanto possível: delegados não só de zonas, nem de cidades, mas delegados de Escolas e todos os que individualmente desejem colaborar.

6 — A participação deve assentar em reuniões de trabalho entre os professores nas Escolas, donde sairão teses colectivas e individuais. Este trabalho é moroso e de responsabilidade pelo que, para um Congresso a realizar este ano, se deve começar desde já.

7 — O funcionamento amplo e aberto do Congresso, a respeitar já na sua preparação colectiva dentro de cada escola, deverá culminar em conclusões votadas democraticamente depois de grupos de trabalho terem estudado, discutido e sistematizado todos os pontos de discussão.

8 — Para que se concretize um Congresso do ensino que, de facto, mereça esse nome, é necessário, repetimos, que se comece desde já e que para ele se canalizem muitos dos nossos esforços.

É a todos nós professores que compete efectuar o Congresso que nos interessa e é a nós, portanto, que cabe a responsabilidade de o alcançar. Como primeiro e pequeno contributo nesse sentido, para estabelecer um primeiro diálogo, endereço esta carta a «O Professor», uma carta, afinal, aberta a todos os professores.

C. N.

“MUTISMO OFICIAL”

Porto, 21 de Novembro de 1973

Ex.^{mo} Senhor Director:

Muito agradecia a V. Excia. que desse publicidade no seu jornal aos seguintes factos passados comigo, que poderão ter, eventualmente, interesse para os leitores, na medida em que forem exemplares.

Depois de ter ensinado no ensino liceal durante 5 anos, e por motivos que, por agora, não podendo tornar públicos, concorri no ano de 1972/1973 para o ensino preparatório, sendo colocado em Amarante. Findo o ano, e por ter habilitações literárias legais, o tempo de serviço suficiente e presumir uma classificação de serviço boa, requeri, no prazo legal, a categoria de prof. extraordinário que me permitiria ganhar nas férias. Seguiu o requerimento no dia 31-7-73 sob o n.º de registo 6.270 da Estação do Marquês de Pombal no Porto. No fim de Agosto a Escola não me pagava o vencimento por não ter vindo o despacho. Em 5 de Setembro, sob o registo 5.737 de S. Bento — Porto, solicitava ao Ministério que me informasse do referido despacho. O Ministério continuou calado, até hoje. Em 4 de Outubro requeria ao Director da Escola me informasse se estava ou não em condições de me pagar os vencimentos em atraso. Veio resposta dizendo que não, por eu continuar a não ser prof. extraordinário. Restava-me apenas que decorressem 3 meses sobre o requerimento (prazo que se cumpriu em 1 de Novembro) para interpretar, nos termos da Lei, esse silêncio como despacho desfavorável e pôr uma questão na Auditoria Administrativa. Para isso precisava de possuir o elemento sobre que tinha apenas bem fundada presunção: a classificação de serviço. Por isso requeri ao Director da Escola, em 13-10-73, a certidão de tempo e qualidade de serviço.

Até hoje ainda não veio, dizendo-me a Escola que esperam elementos de Lisboa. No fim deste mês (Novembro) termina o prazo de um mês que a Lei prevê para o meu recurso e estou a ver que, a continuar o mutismo oficial, só me resta conformar-me com esta estranha situação.

(Joaquim Marques de Carvalho — Porto)

cológicas desta reavaliação, que devem permitir aos professores primários e nomeadamente aos jovens dedicarem-se a esta profissão e desejar consagrar-lhe toda a sua carreira».

■ Várias outras delegações do S. N. I. têm sido recebidas por funcionários superiores do Ministério da Educação com quem têm debatido problemas de interesse para os professores primários e para o ensino em geral.

■ Com as actualizações verificadas ao longo dos 7 primeiros meses do ano (1,5% em Janeiro, 1,5% em Junho, 0,5% em Julho e 0,75% em Agosto) ascende a 4,25% a totalidade dos aumentos dos vencimentos dos funcionários públicos franceses durante o mesmo período, tendo a subida oficial dos preços sido de 4,1%.

■ Em 4 de Setembro de 1973, quatro Federações de Funcionários Públicos, entre as quais a F.E.N. (Federação da Educação Nacional) todas signatárias do acordo salarial de 19 de Janeiro, dirigiram uma carta ao Primeiro-Ministro chamando a

sua atenção para a necessidade de se alterarem as bases daquele acordo, face à evolução dos preços de consumo que ultrapassava o ali previsto.

As 4 Federações, perante a falta de resposta governamental declararam em 25 de Setembro a sua intenção de promover uma greve em 11 de Outubro.

Tendo o Governo em Conselho de Ministros de 4 de Outubro decidido aumentar de 3% o nível dos vencimentos, o que correspondia ao mínimo considerado pela F.E.N., na véspera, como condição para suspender a greve, decidiu esta retirar a palavra de ordem dada.

■ Quatro sindicatos federados na F.E.N. decidiram não acatar a decisão tomada por esta de suspender a greve prevista para 11 de Outubro e apelaram para os seus aderentes no sentido de suspenderem o trabalho naquela data, abrindo assim uma crise interna no seio da Federação da Educação Nacional.

■ Realizou-se em Paris, de 27 a 30 de Novembro, o Congresso Nacional da F. E. N.

Foi aprovado o relatório apresentado pelo Secretário-Geral, James Marangé.

Foi objecto de debate no Congresso, entre outros assuntos, a recente crise aberta pela decisão de 4 sindicatos federados na F.E.N. de não acatarem a decisão de suspensão de greve em 11 de Outubro.

ARGENTINA

■ Com a aprovação dos Estatutos em Congresso realizado em Buenos Aires de 7 a 11 de Setembro de 1973, constituiu-se a C.T.E.R. A. (Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina). Participaram no Congresso 600 delegados de todo o território, representando 134 organizações sindicais confederadas que abrangem um total de 230.000 trabalhadores da educação.

ÁUSTRIA

■ Representantes das quatro secções de educadores discutiram recentemente com o Departamento Sindical do Pessoal dos Serviços Públicos acerca da proposta do Governo Federal com vista a uma remuneração das actividades administrativas dos educadores.

Foi decidido assegurar a realização de uma acção para obter livros escolares, transporte e assistência gratuitos para os alunos, graças ao auxílio governamental, enquanto se aguardam as próximas negociações.

A Secção Federal de Professores constatou que a melhoria da situação dos educadores e funcionários da inspecção escolar, que começou a deteriorar-se a partir de 1 de Dezembro de 1972 relativamente à dos funcionários da administração geral, continua a constituir um ponto importante do seu programa de reivindicações.

As negociações sobre uma nova lei de salários realizar-se-ão em Janeiro de 1974.

NOTICIÁRIO NACIONAL

■ Quatro mil crianças, filhas de emigrantes portugueses, frequentam presentemente as escolas da República Federal Alemã, que contam um total superior a 200 mil crianças estrangeiras.

■ Foram criados lugares de professores de português em escolas do magistério secundário em França e uma agregação em português para os licenciados em Letras. No entanto, estes esforços ainda estão longe de responder inteiramente aos problemas das crianças e dos jovens portugueses residentes em França. Por razões de ordem política, em particular pela resistência oposta pelos directores das escolas e pelas municipalidades à admissão de professores portugueses, o número de cursos de língua e civilização portuguesas continua a ser muito inferior às necessidades.

■ Nas sedes dos Sindicatos dos Empregados Bancários de Lisboa e Porto estão a funcionar escolas do Ciclo Preparatório para ajudar à promoção do pessoal menor.

Também a Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense decidiu criar o Ciclo Preparatório gratuito para os seus associados que não possam frequentar o colégio da vila.

■ Segundo informações de importantes estabelecimentos comerciais especializados nos diversos ramos, houve um aumento de cerca de 10 % nos lápis e cadernos, 50 % nos esquadros e réguas escolares nacionais, 15 % nos estojos de desenho estrangeiros, prevendo-se ainda novo aumento de preço nestes artigos. Houve livros que aumentaram cerca de 50 %. Nos cadernos primários e livros não únicos a subida foi da ordem dos 20 a 30 %.

■ A categoria de «professores extraordinários do quadro» (sem Exame de Estado) criada no

ensino técnico vai acabar. Não serão mais nomeados professores nessas condições e os lugares serão extintos à medida que se reformarem os actuais extraordinários do quadro.

■ O Dr. Armando de Castro, ex-professor do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (I. S. P. A.) interpôs recurso contencioso no Supremo Tribunal Administrativo do despacho do Inspector-Geral do Ensino Particular que indeferira o seu pedido de obtenção de diploma oficial para o exercício de funções docentes naquele estabelecimento de ensino.

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

FRANÇA

■ Em 10 de Setembro de 1973 o Ministro da Educação Nacional, Joseph Fontanet, recebeu uma delegação da F.E.N. (Federação da Educação Nacional).

■ Uma delegação do S. N. I. (Sindicato Nacional dos Professores Primários) foi recebida em 11 de Setembro pelo Ministro Fontanet, tendo sido abordados problemas referentes a estágios e formação de professores e funcionamento da escola. Uma anterior audiência tivera lugar em 19 de Julho.

■ Em 30 de Outubro de 1973, o Ministro da Educação Nacional dirigiu ao Secretário-Geral do S. N. I., André Ouliac, uma carta, entregue pessoalmente em audiência realizada naquela data, em que é feito um balanço dos anteriores encontros e se propõem os aspectos a abordar em futuras audiências. Sobre a revalorização material e moral da função do professor primário, o Ministro Fontanet afirma:

«Confirmo-lhe a minha intenção de prosseguir consigo, em data próxima, o estudo das diversas condições materiais, intelectuais e psi-

os alunos também: logo, a tendência para aproximar a língua estrangeira da língua materna e facilitar a compreensão dos alunos; depois, a pobreza de recursos áudio- visuais é um convite a recorrer à língua materna para se poupar tempo e trabalho.

9. Outra razão para que, mesmo na aula de francês, haja momentos de português: o professor não é simplesmente um veículo de conhecimentos — é um educador também e principalmente; como tal, precisa não poucas vezes, de se dirigir aos seus educandos sem a barreira duma língua estranha, em relação directa.

10. É verdade que se tem perdido mais tempo a classificar os alunos que a ensiná-los.

11. Foi dito que *«dar exercícios feitos por outros ou do exame final do ano anterior é ensinar para trás»*... mas não se vê que, de ano para ano, mudem as condições em que o professor tem de ensinar, que os problemas assinalados se resolvam, para se andar pr'a frente, nem que os problemas profissionais dos professores sejam atendidos de modo a dar-lhes condições para se dedicarem com espírito recriador à sua função, estimulando-os assim a não se repetirem, a interpretarem bem os objectivos da escola activa; todo o sistema de ensino e a situação actual dos professores favorecem, quando não ordenam, a repetição, a execução impessoal de orientações pré-definidas.

12. E a propósito de estímulo há outro aspecto a revelar: um

grande número de professores não possui habilitações próprias, nomeadamente entre os professores de francês; isso tem como primeira consequência que eles ganham menos que os outros, produzindo um trabalho igual; ora esses professores são necessários e têm as mesmas necessidades económicas (quando não mais) que os outros; dá-se pois uma situação de injustiça, até porque devido a que trabalham na sua maior parte em escolas de província (onde são mais precisos) têm quase sempre piores condições de trabalho; a solução não pode ser nem pagar-lhes menos nem legalizar a sua habilitação, descendo o nível de qualificação; seria um contrasenso promover o ensino baixando a competência para ensinar; é preciso dar-lhes a justa retribuição do seu trabalho e proporcionar-lhes condições, oportunidades e meios de conseguir a qualificação profissional necessária; assim, duas interrogações: serão os cursos intensivos de Verão a resolução do problema? será ainda consequente e contribui-se para a melhoria do ensino quando se obriga os professores a justificar com atestado médico as faltas que dão, para prestar provas de frequência ou de exame nas faculdades, a fim de conseguir a habilitação exigida?

13. Alguém, responsável, afirmou que democratização do ensino significa, não *«dar a todos as mesmas possibilidades»* mas *«a cada um segundo aquilo que precisa»*; mas de que é que o aluno precisa? se as necessidades do aluno são unilateralmente enumeradas pelas autoridades esco-

lares, obriga-se os professores a ter em conta só essas e então o ensino é selectivo desde a escolaridade básica e o professor está ao serviço duma classe privilegiada; se é ao professor que pertence descobrir as necessidades dos seus alunos, na maioria da nossa população escolar elas impõem-se por si: os alunos precisam de não ter que se deslocar quilómetros (muitas vezes a pé) para ir à escola, precisam de se alimentar o minimamente indispensável para dar um rendimento normal, precisam de não viver traumatizados pelos problemas económicos dos pais, precisam de não ter frio durante as aulas, precisam duma educação articulada entre a família e a escola, precisam de ter ao seu dispor livros e revistas onde satisfaçam a motivação natural (desenvolvida e estimulada nas aulas) que os leva ao conhecimento e à alegria da descoberta pessoal, independentemente de exames; precisam de não ser infantilizados nem discriminados de qualquer modo; precisam de participar na gestão da escola, para a sentir sua e adquirir a consciência das responsabilidades sociais; estas são, entre tantas, as necessidades dos alunos, principalmente dos deserdados, que não têm uma inteligência desenvolvida por uma educação pré-escolar necessária; que não tiveram uma alimentação rica de elementos nutritivos insubstituíveis na fase de crescimento cerebral, cujos pais também a não tiveram e não têm dinheiro para pagar a explicadores e proporcionar aos seus filhos meios extra-escolares de

(Continua na página seguinte)

Nesta secção não podemos publicar textos cujos autores não se identifiquem perante a revista. Por esse motivo não incluímos neste número apontamentos enviados por alguns leitores.

AUMENTO DE TRABALHO PARA AUMENTAR OS VENCIMENTOS?

O aumento do custo de vida, manifestação quotidiana do crescente processo de inflação, impõem um reajustamento proporcional dos vencimentos. Mas isso é sempre conquista demorada, nunca uma dádiva — nas sociedades onde o lucro faz a lei.

Os professores do Ensino Secundário também continuam a lutar, não só pelo aumento dos seus vencimentos como também pelo pagamento das férias a todos os professores. É um direito de qualquer trabalhador, independentemente de quaisquer circunstâncias profissionais.

Mas seria distorcer a realidade satisfazer a essa actualização dos vencimentos do pessoal docente mediante um acréscimo do horário de trabalho. Esquecer-se-ia que o horário de aulas de um professor não representa mais que 50% do tempo que realmente dedica à escola e à sua função. Se não, façam-se cálculos. O mais que se conseguiria com tal medida era pôr um remendo na manga com pano da perna, isto é, resolver um problema do ensino a custas do mesmo ensino.

Profissional do ensino e da educação, o professor vive permanentemente a dialéctica do crescimento humano. Exige-se-lhe a todo o tempo um máximo de inteligência como capacidade de responder a situações novas. Como educador, o equilíbrio neuro-psíquico é condição permanente do seu sucesso.

Seria esta relação educador-educando a ficar prejudicada com uma nociva sobrecarga de trabalho. O maior prejuízo recairia, contudo, sobre os alunos. Só quem tem cinco ou seis aulas

diárias (e por vezes consecutivas, em caso de horas extraordinárias ou de horários «convenientemente» mal feitos) sabe o que tal representa de excesso e os «recursos» a que tem de deitar mão para aliviar-se — o que resulta sempre em prejuízo do ensino e da educação.

Poderia apontar-se o caso de professores que acumulam aulas e aulas... Bem, mas seria justificar um estado de lei, que, por definição, deve instituir o melhor bem comum e uma normalidade para ser cumprida, por meio dum dado viciado, isto é, uma situação oposta aos objectivos da norma. Depois, essas anomalias só acontecem como consequência da precaridade: os professores estão mal pagos. Além de que esses laboriosos professores se tornam naqueles «mestres» que sempre ensinam o que ensinavam ontem e de modo algum são educadores, mas sim um certo tipo de comerciantes da cultura.

Não cremos, pois, que se possa vir a pensar em aumentar os vencimentos do pessoal docente através dum aumento de trabalho.

A. R.

Muitos recibos de assinatura à cobrança, nos têm sido devolvidos, o que além de acréscimo de despesas, causa grande perturbação nos nossos serviços administrativos.

Apelamos para que os nossos assinantes que não tenham ainda liquidado as suas assinaturas o façam de preferência através de cheque ou vale de correio até 31 de Janeiro, pois só a partir daquela data procederemos a novo envio de cobranças.

A fim de facilitar a identificação agradecemos que seja sempre indicado o n.º de assinante, inscrito no sobrescrito.

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FRANCÊS

Reflexões redigidas por solicitação dos responsáveis pela sua realização

1. O curso foi positivo, na sua generalidade.

2. No princípio de cada ano lectivo, todos os professores deveriam participar num curso destes, principalmente os que ensinam pela primeira vez; e todos os que tencionam dedicar-se ao ensino de francês deveriam poder fazer um estágio em França, sem encargos, e serem subsidiados sempre que pretendessem passar lá algum tempo das suas férias, para se actualizarem e familiarizarem com aspectos da cultura francesa,

3. As aulas - modelo do curso são dadas em condições artificiais: um professor desconhecido, só três aulas, e uma em cada dia, uma turma só, todo o material audio - visual disponível — longe da realidade.

4. O nível sócio - cultural dos alunos da turma não é o normal neste país.

5. As situações que as lições do livro apresentam não correspondem às realidades mais frequentes, pois são situações «de felicidade».

6. A preparação pedagógica, mesmo dos professores com habilitações próprias, é muito deficiente.

7. O tipo de exame a que são sujeitos os alunos está em desacordo com os princípios metodológicos preconizados para o ensino da língua a este nível.

8. O professor é português e

ZELO PEDAGÓGICO?

Na sequência, ao que se pensa, da série de medidas ultimamente tomadas para tentar solucionar o grave problema do custo do material escolar (será ainda tempo? e será lícito esperar que medidas tais algo venham resolver depois de se ter deixado atingir as proporções que o problema já assumiu?), foram, em fins de Outubro, visitadas algumas escolas preparatórias dos arredores de Lisboa por inspectores do C. P. E. S. sem que tenha sido possível esclarecer se os mesmos se apresentavam no exercício das suas funções específicas ou como delegados da Administração Escolar.

Sucedeu até que houve casos em que os contactos estabelecidos com o pessoal docente deixaram a este a clara noção daquilo que não deveriam nunca ser as relações das entidades superiores com aqueles que vivem o dia da prática pedagógica.

Assim, numa das escolas visitadas, ficaram os professores surpreendidos pela intromissão inesperada nas suas aulas de alguém que apesar de ser desconhecido da maioria dos colegas não teve a preocupação de se apresentar nem de se despedir à saída, como se o professor nada significasse no conjunto da sala de aula.

Mais tarde foram convocados para uma «reunião de trabalho» os professores que haviam cessado a sua actividade no período da manhã.

Aí escutaram um longo monólogo que durou quatro horas (sem que os presentes tivessem podido manifestar as suas opiniões) em que, a partir das listas de material escolar pedido aos alu-

nos no início do ano e fornecido na cantina da Escola segundo os preços estabelecidos pelo I.A. S.E., foram azedamente criticados a Direcção e o corpo docente da Escola, tendo sido responsabilizados por uma série de deficiências que são gerais no nosso ensino preparatório, tendo-se chegado ao ponto de se perguntar se era aquilo o ensino gratuito e a afirmar-se que os alunos podem «pintar com os dedos ou com a língua» (sic) mas não podem comprar pincéis.

É evidente a escamoteação que se pretende fazer dos reais problemas existentes neste decantado «ensino gratuito e obrigatório», pois se é um facto que grande parte da população portuguesa só dificilmente consegue dar aos seus filhos os anos obrigatórios do ensino preparatório, isto não altera a necessidade que essas crianças têm de dispor de material, pelo menos suficiente. Estes alunos que não tiveram acesso ao ensino pré-primário, que frequentaram o deficiente ensino primário existente, precisam mais do que ninguém de utilizar material adequado.

Mas também este problema não é solucionável pelos professores, tal como o não é o das «carências afectivas» dos nossos alunos, que as têm de facto. Ao contrário do que foi afirmado, este problema não se resolve com uns almoços e umas conversas com os alunos. Também a falta de material escolar não se supre pedindo-lhes que pintem com os dedos e com a língua (admitindo que houvesse algum professor disposto a tal!). Nada disto o grande problema que levanta o «en-

sino gratuito» do Ciclo Preparatório e Primário: os alunos têm direito a bom material escolar, boas instalações, boa qualidade de ensino. A quem compete o direito a bom material escolar, boas instalações, boa qualidade de ensino. A quem compete fornecê-los?

A propósito destas visitas, ocorre-nos ainda uma consideração: que a Administração Escolar veja até às escolas inteirar-se dos problemas que no dia-a-dia e nas difíceis condições de trabalho afectam os alunos, os professores e a direcção das mesmas Escolas, afigura-se-nos uma prática correcta que é bom estabelecer. Mas que o faça com o objectivo de recolher dados que permitam encetar soluções válidas para tais problemas. — M. C.

ANOMALIAS NA EXPEDIÇÃO DA REVISTA

A grande acumulação de expediente que se seguiu à saída do nosso 1.º número e dificuldades entretanto surgidas agravadas pelo facto de muitos assinantes nos terem enviado os seus boletins incompletos, determinaram algumas anomalias nos nossos serviços administrativos, que temos procurado suprir o melhor possível.

Assim, várias revistas nos foram devolvidas pelos C.T.T. por falta de indicações suficientes nos endereços respectivos ou por mudança de residência dos assinantes.

Pedimos a todos os nossos assinantes que não tenham recebido a revista o favor de no-lo comunicarem, rectificando os respectivos endereços, a fim de procedermos a novos envios.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS...

(Continuação da página anterior)

desenvolvimento pessoal; que trabalham, não raro duramente, para ajudar os pais, etc.; contra a igualdade formal de todos, na sociedade de competição, a escola deverá impor a desigualdade de tratamento e todas as reformas inadiáveis, a fim de poder dar a todos recursos para um exercício real dos seus direitos humanos e sociais; enquanto esta real democratização do ensino não se realizar, a escola terá uma função selectiva, como a têm todas as instituições escolares até ao ensino superior, através de mal disfarçados processos de controle; nenhum ensino será de aproveitamento, e qualquer aproveitamento que se faça não significará um aproveitamento da pessoa do aluno, mas destina-se a uma utilização dela a médio prazo, para fins alheios ao bem pessoal e comum.

14. Lamento este curso acabar sem que tenham tido os professores a oportunidade de pôr em comum e discutir muitos outros problemas, porventura os mais importantes, e sem cuja solução outros não se resolvem.

Um Professor

AOS ASSINANTES

Pedimos que, em toda a correspondência que nos dirijam, não deixem de mencionar o número de assinante, inscrito no endereço de cada sobrescrito.

A faculdade concedida a reitores e directores de aceitarem ou não, a seu bel-prazer, a justificação das faltas dadas pelos professores, continua a ser uma das grandes formas de pressão exercidas por aqueles sobre estes. Se é certo que existem alguns casos em que são aceites as verdadeiras justificações apresentadas, em muitos outros tal não acontece, o que constitui um convite tácito (às vezes expresso...) a que o professor seja menos honesto e alegue motivos diferentes dos reais. Por outro lado, casos há em que o professor apresenta como justificação o facto verdadeiro (aconteceu recentemente numa escola do Porto que um colega alegou ter faltado por doença de pessoa de família) que motivou a sua ausência, e apenas no fim do mês ao dar conta de que seu vencimento não correspondia ao habitual, tomou conhecimento de que a sua justificação não fora aceite. Para além do que tal atitude representa de discricionário e arbitrário, ela revela ainda uma manifesta e inadmissível falta de respeito para com o professor.

Registe-se, a propósito, que num liceu de Coimbra, no passado ano lectivo as faltas injustificadas a professores atingiram várias dezenas.

Recentemente, num liceu dos arredores do Porto, passou a ser exigido que os professores justificassem, pessoalmente perante o reitor, os motivos das suas faltas, atitude esta que ultrapassa os limites admitidos pela lei e pela lógica. Aconteceu até, segundo ouvimos contar, que um colega, tendo tido necessidade

de faltar a um tempo lectivo dispôs-se a cumprir as ordens recebidas e acabou por ter de aguardar durante toda a hora do tempo a que pretendia faltar, que pudesse ser atendido pelo respectivo reitor...

O que se passa com as faltas que os professores sem habilitações académicas ou pedagógicas são obrigados a dar para a realização de provas de exame, é também testemunho do carácter arbitrário que preside ao critério da justificação: se nalgumas escolas tais faltas são consideradas de serviço oficial (o que corresponde aliás a um facto real), noutras não só se não aceita outra justificação que não seja o atestado médico, como ainda são feitas ameaças, veladas ou não, quanto às consequências que as faltas dadas por tal motivo podem acarretar ao professor na sua classificação final.

Não deixa de surpreender que, numa época em que o Ministério parece tão preocupado com a formação rápida e completa dos docentes, tantos entraves sejam levantados àqueles que, para além da já esgotante actividade docente, têm ainda que preocupar-se com a conclusão dos seus cursos. O reconhecimento superior de que as faltas dadas por motivo de exame devem ser consideradas como dadas em serviço oficial, parece ser medida urgente e da mais elementar justiça.

A. C.

DIRECTORES DE TURMA OU UMA EXPERIÊNCIA EM QUESTÃO

Durante muito tempo o nosso ensino sofreu os efeitos de uma estagnação aflitiva. Falar-se em experiências pedagógicas causava escândalo ou mesmo indignação. Este ano: uma pedra no charco. O M.E.N. dá o exemplo e lança nos liceus e escolas técnicas duas experiências pedagógicas: cria a título experimental o cargo de director de turma e, simultaneamente, também em regime experimental, lança programas inteiramente novos para o 1.º ano do curso complementar. Iniciativas a que todo o professor devia aderir com entusiasmo, em que todo o professor se deveria sentir feliz em participar. No entanto, constata-se um clamor de queixas e reclamações. Reacções do professor português à novidade, esmagado por hábitos antigos de rotina?

Não nos precipitemos e analisemos antes os objectivos e condições de uma destas «experiências pedagógicas»: a que diz respeito aos directores de turma.

Não tem qualquer originalidade dizer-se que uma das razões por que o nosso ensino é lamentavelmente impessoal, uniforme e uniformizante é o facto de as nossas escolas albergarem grandes massas anónimas de alunos. Ao professor é vedada a possibilidade de respeitar o ritmo próprio de cada aluno por várias razões. A menos importante não é, contudo, o facto de desconhecer as suas motivações, de desconhecer o seu enquadramento familiar, de o desconhecer, em suma. O aluno é aquele desconhecido que se tem de moldar às exigências do programa todo-poderoso.

É evidente que o director de turma não pode, só por si, resolver este problema. Seria, contudo, um caminhar para uma solução, se...

... se o director de turma tivesse a seu cargo, efectivamente, uma turma;

... se tivesse uma redução de horário;

... se no horário de cada professor estivesse previsto tempo para reuniões periódicas com os outros professores de cada turma, coordenadas pelo director de turma.

Então, o director de turma teria condições para se encontrar com os alunos a seu cargo, com os encarregados de educação, para levar ao conhecimento dos outros colegas da turma as motivações, problemas e condicionalismos de cada um dos alunos. Este tempo de experiência ser-

viria para que cada director de turma ensaiasse formas originais de realizar esse encontro com o aluno, trocasse com os outros directores de turma do seu estabelecimento de ensino, da sua cidade, da sua zona, de todo o País, sugestões de formas de acção muito concretas de realizar esse encontro na sua possível plenitude.

E o que está a ser realmente esta «experiência pedagógica»?

1 — o director de turma, contra o que o título poderá fazer pensar, é um director de *turmas*.

2 — O número considerado ideal, segundo as normas ministeriais, é de duas turmas por cada director, mas esse número «ideal» pode ser corrigido pelo Reitor ou Director.

3 — O director de turma não tem redução de horário.

4 — As funções do director de turma, tal como se encontram definidas, revelam uma concepção paternalista da função do professor, já há muito ultrapassada.

CONSEQUÊNCIAS

1 — desigualdade de condições de trabalho: directores de turma com duas turmas ao lado de outros com três, quatro ou talvez com mais.

2 — O director de turma tem a seu cargo (mesmo só com o tal número «ideal» (??) de turmas) uma pequena multidão de alunos, o que invalida a possibilidade de qualquer trabalho criativo.

(Não esquecer que em 1973-1974 a maioria das turmas compreende 40 alunos e mesmo mais).

3 — Dado que se trata de um cargo à procura de conteúdo, e sem condições para o definir de modo válido, dado que há falta de pessoal para as tarefas burocráticas nas nossas escolas, pois transferem-se para o director de turma as funções burocráticas.

Nada mais fácil: resolve-se o problema do estabelecimento de ensino, a braços com uma população escolar que excede em muito as suas possibilidades e com um pessoal burocrático manifestamente insuficiente; resolve-se o problema da definição das funções do director de turma, que, a troco duns escassos 500\$00 mensais, fis-

(Continua na pág. 45)

SABIA QUE...

— há muitas escolas primárias no nosso País que não têm água; nem sanitários; nem instalação eléctrica?

— a maioria tem mobiliário e instalações deficientes?

— não tem sala de professores; nem gabinete de director (só o têm as «escolas modelo» como costumamos chamar-lhes); nem material didáctico?

— o ordenado ilíquido de um professor primário é o de 3.400\$00 mensais?

— os professores agregados e reformados não recebem o subsídio de renda de casa em Agosto e Setembro?

— o subsídio de renda de casa apenas é atribuído a um dos elementos de um casal de professores?

— o subsídio de renda de casa deixa de ser atribuído aos professores aposentados?

— os professores primários não foram convidados (mesmo com o condicionalismo dos do Ciclo Preparatório e do Ensino Secundário) a dar o seu parecer sobre o Estatuto do Professor, nem oficialmente dele tiveram conhecimento?

Um grupo de professores do ensino primário



ARBITRARIEDADES...

Todos nós temos conhecimento de um conjunto, mais ou menos vasto, de «casos» passados entre alguns responsáveis pelos estabelecimentos de ensino e professores, em que se verifica um manifesto atropelo à legislação vigente e às mais elementares normas de trabalho por aqueles. O afirmado não faz esquecer, ainda, o desrespeito da legislação geral do trabalho, tanto nacional como internacional, constatável em alguns aspectos relativos às condições de trabalho do professor, como sejam as horas extraordinárias e o tempo de licença por parto.

O «caso» que nos fez escrever esta nota, está a passar-se na Escola Industrial Fonseca Benevides, em Lisboa, e que, em poucas palavras, se pode resumir ao seguinte: o director da referida Escola nomeou como delegados dos 1.º e 2.º grupos professores não habilitados profissionalmente (estágio e exame de Estado, ou habilitações equivalentes), quando, nesses grupos, existem professores habilitados com exame de Estado, dois dos quais com a categoria de efectivo. Esta decisão do director é tanto mais grave quanto, além de atentar contra a dignidade profissional desses professores, desrespeita o disposto nas normas emanadas da Direcção-Geral do Ensino Secundário para aplicação do Decreto-Lei n.º 102/73 em que se afirma, nomeadamente, que «os professores delegados serão nomeados (...) de entre professores habilitados com exame de Estado». E acrescenta: «só em caso de falta destes e com justificadas razões poderão ser propostos professores sem essa habilitação profissional».

Ou será que as nomeações em causa devem-se ao facto desses professores não habilitados *fazerem o que o sr. director quer*, ao passo que outros poder-se-ão guiar unicamente por princípios de ética e competência profissional, não cedendo a pressões que muito pouco têm a ver com o processo educativo?

Soubemos entretanto que os professores excluídos de desempenho dessas funções recorreram da decisão do director, enviando-lhe, em primeira instância, uma exposição em que requerem a revogação da decisão tomada e a nomeação de delegados de acordo com o preceituado na circular referida.

A. T.

e 1971-1972, é ainda mais pronunciado. A percentagem de docentes femininos, em 1940-1941, de 30,0 (566 em 2099), sobe em 1971-1972 para 60,4 (11 802 em 19 555), o que significa uma subida percentual para o dobro.

Estes dados são corroborados pela análise da distribuição dos docentes, por sexos, entre os grupos extremos de idades, contidos nas *Estatísticas da Educação* respeitante a 1971-1972. Um grupo etário reúne os de menos de 30 anos e, o outro, os de 60 e mais anos.

	Menos de 30 anos				Com 60 e mais anos			
	1-H	2-M	% 2/1	Indice	3-HM	4-H	% 4/3	Indice
Ensino Primário	10018	9342	93,3	100	1197	962	80,4	90
Ciclo Preparatório	2916	2136	73,2	100	150	67	44,7	61
Ensino Liceal	1282	986	77,9	100	295	139	47,1	60
Escolas Comerciais e Industriais.	2463	1493	60,6	100	334	103	30,8	51
TOTAL	16679	13957	83,8	100	1976	1271	64,3	77

Observa-se uma nítida disparidade na distribuição dos docentes por sexos, nos dois grupos. Enquanto no grupo de 60 e mais anos a percentagem de docentes masculinos supera a de femininos em todas as classes de ensino, excepto no primário, no grupo de menos de 30 anos, os docentes femininos ultrapassam os masculinos em todas as classes. A inversão é mais notória nas escolas industriais e comerciais em que varia o índice 100 para 51; mantendo valores aproximados no ciclo preparatório e liceal, com os índices 61 e 60, apresenta-se menos afastada no ensino primário, com os índices 100 e 90.

Se excluirmos o ensino primário, a percentagem dos docentes femininos, de 69,3 no grupo de menos de 30 anos (4615 em 6661) declina para 39,6 no grupo de 60 e mais anos (309 em 779), diminuindo do índice 100 para 57.

Do exame destes elementos, pode concluir-se que a docência masculina tende para a extinção.

Cumpramos averiguar as razões que determinam a feminilização crescente da docência. Duas questões, pelo menos, se podem formular. Resulta de uma sempre maior participação da mulher na vida activa? Provém de a função docente se ter deteriorado e de oferecer um estatuto nitidamente desfavorável?

O primeiro termo da alternativa, embora não seja de desprezar, é muito menos decisivo do que o segundo. Basta lembrar que a feminilização da docência se reveste de um ritmo muito acentuado, quase explosivo, superior ao que se manifesta nos outros sectores do trabalho.

Comparada com outras menos exigentes, a carreira docente oferece diminuta remuneração, o que se acompanha de várias discriminações também desfavoráveis. No sector das diuturnidades, estas são facultadas exclusivamente aos docentes efectivos, que no ensino secundário constituem diminuta percentagem.

Enquanto na docência se concedem apenas 2 diuturnidades, após períodos de 10 anos, noutras profissões facultam-se 4, por períodos de 5 anos, se não menos.

A remuneração por serviço extraordinário, contrariamente ao que sucede nas empresas particu-

A FEMINILIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

SALVADO SAMPAIO, professor do E. Técnico

Os docentes com anos de prática observam que a profissão se torna, de ano para ano, cada vez mais exclusiva do sexo feminino. Este reparo é necessariamente comprovado pelo exame dos dados estatísticos disponíveis que oferecem a vantagem de permitir quantificar, com rigor, a variação processada.

Recorremos para o efeito ao confronto dos elementos que deparamos na análise da *Estatística da Educação*, ano lectivo de 1940-1941, a primeira a ser publicada, e de *Estatísticas da Educação*, 1972, a mais recente.

Embora advogemos a identidade de estatuto e de habilitações dos docentes do ensino oficial e particular, circunscrevemo-nos aos primeiros, por a *Estatística de Educação*, ano lectivo de 1940-1941, não incluir dados bastantes sobre a docência do ensino particular. Excluímos também os ensinos superior, normal, médio e infantil, limitando o âmbito da pesquisa aos ensinos primário, do ciclo preparatório, apesar de inexistente em 1940-1941, liceal e industrial e comercial.

A redução é menor do que pode parecer a exame pouco atento. O universo do trabalho reúne 91,2 % dos docentes do ensino oficial (47 843 em 52 451) e 73,9 % do total de docentes (52 451 em 64 711), registados em *Estatísticas de Educação*, 1972, que se reporta ao ano lectivo 1971-1972. A amplitude deste universo legitima que se generalizem as conclusões a extrair.

Atentemos no quadro seguinte e observemos a variação dos docentes por sexos processada entre 1940-1941 e 1971-1972, discriminando-as pelos tipos de ensino estudados:

	1940-1941								1971-1972							
	1-HM	2-H	% 2/1	Indice	3-M	% 3/1	Indice	4-HM	5-H	% 5/4	Indice	6-M	% 6/4	Indice		
Ensino Primário.	13037	3186	24,4	100	9851	75,6	100	28288	3023	10,7	44	25265	89,3	118		
Ciclo Preparatório	—	—	—	—	—	—	—	7709	2459	39,9	—	5250	60,1	—		
Ensino Liceal.	1040	691	66,4	100	349	33,6	100	4336	1481	34,2	52	2855	65,8	196		
Escolas Industriais e Comerciais	1059	842	79,4	100	217	20,6	100	7510	3813	50,7	64	3697	49,3	239		
TOTAL	15136	4719	31,2	100	10417	68,8	100	47843	10776	22,5	72	37067	77,5	113		

Não consideramos o ciclo preparatório, em 1940-1941, por, no tempo, não existir este ensino.

Enquanto em 1940-1941, a percentagem de docentes femininos só ultrapassa a de masculinos no ensino primário, em 1971-1972 excede-a em todas as classes, salvo nas escolas industriais e comerciais em que o conjunto de docentes masculinos e femininos é equilibrado, com leve vantagem para os primeiros.

A subida percentual é menos acentuada no ensino primário a que não é estranho o facto de em 1940-1941 perfazer já um valor muito elevado, de 75,6 %. Nas escolas comerciais e industriais, a subida percentual de docentes femininos, é mais marcada que nos liceus. Enquanto nos últimos sobe do índice 100 para 196, naquelas aumenta para 239. Contudo em 1971-72 a participação da docência feminina nos liceus, de 60,1 %, excede com nitidez a das escolas comerciais e industriais, com 49,3 %.

Se excluirmos o ensino primário, o aumento percentual da docência feminina, entre 1940-1941

POR UMA ACÇÃO PEDAGÓGICA AUTÊNTICA

CABRAL PINTO, professor do Ensino Liceal / J. S. DA SILVA DIAS, professor do Ensino Superior

Vigora há duas décadas os programas do ensino liceal (1). Foram promulgados, evidentemente, para serem cumpridos e cumpridos sem lacunas nem desvios. Assim o ordena o Estatuto respectivo: «São deveres do professor dos liceus (...) não reduzir o âmbito do ensino estabelecido nos programas nem alterar a ordem por que as matérias neles se encontram distribuídas» (2).

Para se prevenirem fugas ou descuidos eventuais, existe um serviço de fiscalização devidamente regulamentado. Todos os passos do programa são objecto de registo obrigatório, de modo a facilitar-se o controlo adequado pelo reitor (3) e pelos funcionários da Inspecção (4). Nesse sentido, prescreve o art. 360.º do mesmo Estatuto: «Em cada turma haverá um livro de ponto, no qual serão registados pelo professor, logo à sua entrada na aula ou no começo da sessão, o sumário da lição do dia». Por seu turno, o art.º 170.º acrescenta que o professor deve «orientar-se no ensino pelos compêndios adoptados, indicando diariamente no

livro próprio a parte versada do programa».

O professor não pode ter dúvidas sobre o que burocraticamente se espera e exige de si: a transmissão dos conhecimentos no programa e a aferição do grau de receptividade e poder de reprodução mental manifestados pelos alunos. Tais são os parâmetros do seu zelo profissional. E este zelo — a preocupação daquilo a que J. Wittwer chama o «êxito professoral» (5) — tem o índice mais expressivo nos resultados numéricos obtidos pelos discípulos em provas e exames. É, com efeito, nesses resultados sobretudo que vai assentar o juízo daqueles a quem incumbe apreciar a qualidade do serviço docente. Assim o diz abertamente o artigo 183.º (que aliás volta a sugerir a finalidade primordial dos sumários): «a classificação do serviço será sempre fundamentada, com referência à competência profissional, tendo em vista o disposto no artigo 170.º e designadamente (...) o rendimento do ensino, verificado pelas visitas dos inspectores, pela observação dos sumários das li-

ções, pelas informações dos reitores e pelos resultados dos exames».

O Programa e o compêndio constituem uma unidade, no sistema actual. O saber escolástico está arquivado em compêndios que a decisão superior do ministério ou do estabelecimento de ensino torna de uso obrigatório, nos termos do artigo 388.º. E os compêndios exibem a vetustez da sua vigência através de edições sucessivas, que remontam, frequentemente, às origens históricas dos programas (6). Com um saber assim tão definitivo, não admira que as lições, no seu aspecto metodológico, não sejam mais do que a repetição monótona das fórmulas em cada ano fornecidas aos professores em regime de estágio. A prova de intemporalidade e polivalência dessas fórmulas, que não caducam com as épocas nem variam com as características dos alunos e das turmas, obtém-se por simples leitura comparada dos planos de lição, escritos todos os anos pelos estagiários segundo o modelo facultado pelos respectivos metodólogos e assistentes pedagógicos (7); (8).

(Continua na página seguinte)

(1) Excluímos do âmbito do nosso estudo o ensino básico e o ensino técnico.

(2) Art.º 170.º, 1

(3) Art.º 18.º, r.

(4) Art.º 183.º, 1.º, a.

(5) J. Wittwer «Para uma Revolução Pedagógica», Pórtico, Lisboa, s. d.

(6) O «Compêndio de Filosofia» de J. Bonifácio Ribeiro e José da Silva atingiu em 1971 a 20.ª edição; o mesmo ia acontecendo aos «Princípios Fundamentais de Organização Política e Administrativa da Nação», da autoria de A. Martins Afonso, antes de ter sido aprovado como livro único em 1970.

(7) «Para todas as minhas lições organizei os respectivos planos de acordo com o plano-tipo elaborado pelo Exmo. Senhor Prof. Metodólogo» — dos relatórios de estágio.

(8) Vejamos uma fórmula para introduzir os alunos no assunto da lição aplicada em duas aulas distanciadas no tempo nada menos que catorze anos:

«— Se repararmos no planiglobo, observaremos que existem tipos continentais que se distribuem no sentido dos meridianos. Quais são? — Resposta: o Euro-Africano, o Asiático-Australiano e o Americano.

Ora, a América será o assunto da nossa lição, conforme se encontra sumariado («Planos de Lição» 1953, L. Normal de D. João III).

«Com uma série de perguntas dirigidas a toda a turma procurarei relembrar os conhecimentos adquiridos sobre os continentes e oceanos.

(...) P. — Quantos são os continentes? Quais são?



lares, situa-se aquém do pagamento do trabalho normal, não chegando, nalguns casos, a perfazer metade desta remuneração. Os lugares de direcção, inspecção e metodologia não são de carreira, a escolha resulta apenas do arbitrio da administração que não raro é alheio a critérios de natureza profissional. Contrariamente ao que sucede com os docentes do ensino particular, aos do ensino oficial não é facultado associarem-se em instituição que os represente. Um médico, engenheiro ou advogado, ou enfermeiro, funcionários públicos, têm um Ordem ou Sindicato em que debatem os problemas da profissão, sendo aos docentes vedada esta possibilidade.

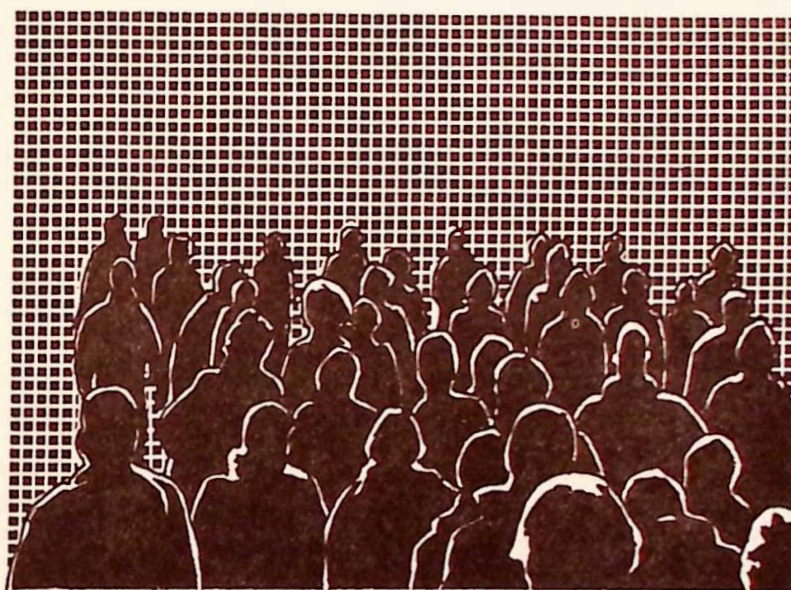
Um conjunto vasto de carências vai tornando o ensino cada vez mais uma profissão «para mulheres», o que sucede noutros sectores de trabalho em que o recurso ao labor feminino se filia em insuficientes remunerações. Corrobora a nossa afirmação o facto de o sector da docência mais mal remunerado ser precisamente aquele em que a percentagem de docentes femininos é mais elevada. Referimo-nos é evidente, ao ensino primário, em que 89,3 % dos docentes são mulheres. Ainda neste grau de ensino, se nos fixarmos num subgrupo mais desprotegido, o dos regentes escolares, observa-se em 1971-1972 que, dum total de 2 623, são mulheres 2 476, isto é, 94,4 %.

O facto de no ensino liceal haver uma maior percentagem de docentes femininos do que no ciclo preparatório, embora no ciclo se aufera menor remuneração básica não contraria a nossa argumentação por os valores serem aproximados, respectivamente 65,8 % e 60,1 % e por no ciclo o vencimento ser mais vulgarmente acrescido de retribuições suplementares, direcções de turma, por exemplo. A disparidade que se verifica entre o ensino liceal e técnico resulta de em algumas disciplinas dos cursos técnicos, só haver docentes do sexo masculino e, possivelmente também por o prestígio social do ensino clássico atrair mais elementos femininos do que o do ensino técnico.

Se fosse possível averiguar o quantitativo de docentes masculinos, que encaram o ensino como função complementar, subsidiária, e se tivermos presente que esta complementaridade é mais acentuada nos docentes femininos, concluir-se-ia que a profissão docente é exercida em condições que se representam desfavoravelmente no seu estatuto. A facilidade de recrutamento de docentes nestas condições contraria a criação de um espírito profissional bem demarcado, que se prejudica os «100 % docentes» não contraria menos os próprios interesses nacionais.

(Para concluirmos, uma advertência que, em principio, devia ser desnecessária. Se da leitura das nossas palavras se depreender que o acesso da docência deve ser dificultado ao sexo feminino ou que as nossas colegas, por o serem, não podem exercer a profissão do mesmo modo que os homens, recomenda-se um novo e atento exame, do nosso escrito, que acabava por provar a falta de fundamento desta hipótese. Entendemos sim, que a docência não deve repelir os homens e lhes deve oferecer um estatuto compatível com os seus interesses, o que defende igualmente todos os docentes, tanto homens como mulheres).

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES



A criação de um organismo de classe que os represente colectivamente constitui de há muito uma profunda aspiração dos professores portugueses. Ultimamente essa aspiração revelou-se mais que nunca evidente com os numerosos e significativos testemunhos de adesão à iniciativa da constituição de uma Associação de Professores (como o demonstram, por exemplo, as inúmeras resoluções dos conselhos escolares de liceus e escolas de todo o país aquando da discussão do Estatuto em Junho do ano lectivo transacto).

De modo nenhum «O PROFESSOR» poderia ficar indiferente a uma questão de tão grande importância para a classe docente. Assim, achou que os problemas referentes a uma Associação de Professores eram os mais indicados para tema central do seu segundo número e desenvolveu esforços para que ele fosse versado da maneira mais ampla possível. A vasta documentação que se segue (artigos, depoimentos, extractos de conclusões e de resoluções) é o resultado da intenção que nos animou. O assunto não fica, certamente, ainda esgotado — por isso, as páginas de «O PROFESSOR» continuam à disposição de quem, para além deste número, se queira debruçar sobre o assunto.

Ressalta daqui, por um lado, a ausência de fundamentos específicos à escala da ciência, e por outro a consideração abstracta do aluno, ignorado na sua condição real, psicológica e sociológica.

E se ao professor não consegue mais do que transmitir os conhecimentos heteronomamente programados, servindo-se melhor ou pior das receitas pedagógicas assimiladas durante o estágio, aos alunos não cumpre, por seu turno, mais do que reter esses mesmos conhecimentos e evocá-los, na altura própria, de modo a poderem ser devidamente classificados e rotulados.

Um psicólogo americano, citado por A. Beaudot (9), comparava os alunos, nesta situação, a caixa de dois buracos, um para a entrada dos conhecimentos e outro para a saída dos mesmos por ocasião dos interrogatórios ou exercícios escritos. Ao professor cabe medir a diferença entre as quantidades entradas e as quantidades saídas, e exprimi-la através de uma nota numérica.

Só que os resultados quantitativos desta «educação bancária», como a apelidou Paulo Freire (10), não iludem o problema alienado da qualidade. E se a benevolência, cada vez mais reclamada e indispensável, logra ainda evitar o «escândalo da pauta», nem por isso os alunos contemplados acusam menos os efeitos do regime pedagógico a que estiveram submetidos. Quando a Universidade se queixa da impreparação dos alunos recém-che-

gados do ensino secundário, só pode aceitar-se que se pretenda referir à qualidade da preparação, jamais à quantidade dos conhecimentos.

Não é novo atribuir-se este insucesso da função docente ao manifesto desajustamento entre os interesses psicológicos dos alunos e as rubricas e conteúdos forçados dos programas. Outra é, porém, a atitude dos responsáveis pedagógicos, que parecem encontrar para o facto explicação mais cómoda na inaptidão dos professores para inventar motivações mágicas ou aplicar técnicas susceptíveis de despertar e prender artificial e superficialmente o interesse e a atenção dos alunos. É o que, de resto, se encontra bem explícito no Estatuto, em todos os preceitos concernentes à verificação do rendimento do ensino e à classificação profissional de cada professor.

Mais todavia do que impugnar preconceitos alheios, importa pôr a questão de saber se a inconsideração dos interesses pessoais do próprio professor não concorrerá também, até como um dos factores mais decisivos, para o crescente fracasso da acção pedagógica.

Conforme vimos, o Estatuto não só dispensa o professor de participar no progresso do saber, como o impede terminantemente de assumir em relação à ciência-feita do programa outra atitude que não seja a de um insensível repetidor (11). Acresce, por outro lado, que a obrigação do en-

ciclopedismo, determinada pela ambição dos programas e pela distribuição do serviço docente, cometendo ao mesmo professor o ensino de diferentes disciplinas, nem sempre do mesmo grupo, a turmas de diversos níveis escolares, não consente a menor veleidade de especialização e aprofundamento.

O professor é assim condenado à cristalização pelo exercício de uma profissão que deveria, ao contrário, proporcionar-lhe as melhores condições e estímulos para a plena realização da sua vocação intelectual.

Ora, a perfilhar-se o velho princípio de que a educação se imprime sobretudo pelo exemplo, não resta dúvida de que, nas circunstâncias actuais do seu estatuto profissional, a imagem-modelo que o professor tem para oferecer aos alunos em nada contribuirá para a sua educação positiva. Passivo e irresponsável perante o saber, que lhe compete simplesmente transmitir, o professor conduz irreversivelmente os alunos ao mesmo estado de passividade e irresponsabilidade; e não há ardil metodológico que o consiga evitar, ainda que o consiga por algum tempo iludir.

Assim é que resistir aos condicionamentos impostos pelos programas, defendendo a iniciativa científica dos professores, significa, para nós, pugnar não só pela salvação intelectual da classe docente como pela eficácia de uma acção verdadeiramente pedagógica.

Certamente que dirão os seis continentes. Ao falarem da Europa aproveitarei a circunstância e então iniciarei a lição propriamente dita» («Planos de Lição», Liceu N. de D. João III, 1967).

(9) A. Beaudot, «La Créativité à l'École», P. U. F., Paris, 1969, p. 45.

(10) Paulo Freire, «Pedagogia do Oprimido», Afrontamento, Porto, 1972.

(11) «Afinal professor e aluno são apenas repetidores: um repete melhor, outro repete pior aquilo de que nem professores nem alunos podem sair: o programa», Delfim Santos, apud «Palestra», n.º 2, citado no n.º 3 de «O Professor», 1.ª série.

BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS PROFESSORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

GOMES BENTO
Professor do E. Liceal

A história associativa do professorado não começou abruptamente em 1910.

De trás vinha já uma linha de intervenção na esfera dos problemas do ensino: revistas de professores, organizações de classe, congressos, lutas diversas na defesa de direitos e pela extensão da educação popular.

1910 é apenas uma data que indica a emergência de um novo condicionalismo histórico-social. O ensino, pedra fundamental nas transformações sociais segundo o ponto de vista da corrente republicana, sofre reformas que lhe alteram certos contornos. Os homens aprofundam e desenvolvem o seu sentido crítico e de vigilância.

A vontade política de participar nas decisões do poder tem agora outro peso e exerce-o. Mas as contradições também se avolumam, as divergências de perspectiva oferecem um leque mais vasto, e, apressadamente, a I República caminha para o afrontamento das opções decisivas: educação, para quê? São estas múltiplas correntes que vão dar um outro impulso ao associativismo dos professores primários e secundários a partir da I República e possibilitar realizações mais importantes e com mais eco nacional.

Em 1912 são aprovados em assembleia os novos estatutos da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais. Este organismo englobava todos os profissionais do sector secundário e técnico qualquer que fosse a sua categoria.

Os fins da Associação consistiam em:

1. Defender os interesses da classe e os de cada associado que respeitarem à sua profissão de professor por meio de representações aos poderes públicos, reclamações pela Imprensa e por um Boletim da Associação e por todos os outros meios que a Associação julgar legítimos.
2. Promover o progresso dos estudos secundários, por meio de conferências, comunicações científicas, etc..
3. Promover a solidariedade entre professores.
4. Estabelecer em Lisboa um Museu Pedagógico e uma Biblioteca Pedagógica.
5. Celebrar anualmente Congressos Nacionais de carácter pedagógico.

A Associação do Magistério na sua actividade ficou bastante longe das promessas que anunciava. Vários factores, entre os quais uma falta de ligação entre a Direcção em Lisboa e os estabelecimentos do País, a ausência de grandes problemas nas estruturas educativas ainda a fazerem a experiência das reformas republicanas, um certo individualismo e elitismo dos professores secundários impediram-lhe aberturas para acções mais colectivas, mais coesas, e com mais vigor ideológico. Aliás em 1914 já apenas englobava os professores do liceu e somente os efectivos. Contudo, teve ainda algumas intervenções de interesse. Em 1913 insurge-se, numa representação ao Presidente da Câmara dos Deputados, contra um projecto-lei que pretendia retirar aos conselhos escolares o direito de eleição do Reitor, tal como se praticava a partir do Governo Provisório. E também nesse ano protesta contra as intenções de aumento do número de horas semanais de serviço obrigatório, que nessa altura era de 14 horas.

Em 15 de Janeiro de 1911 cria-se no Porto o Sindicato dos Professores Primários de Portugal para defender e proteger os interesses individuais e colectivos do ensino primário em geral; impulsionar e desenvolver segundo os preceitos da moderna pedagogia a instrução popular; promover cursos de férias, etc.. O Sindicato não encontrando a adesão total dos professores primários por divergências surgidas quanto à sua orientação transforma-se em 1916 na Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, com o Jornal «A FEDERAÇÃO ESCOLAR». Entretanto, em 1914-1916 já se tinham realizado dois congressos pedagógicos, enquanto os professores do ensino secundário, até essa altura, nada tinham promovido de semelhante.

É em Junho de 1918 que surge a associação mais forte e representativa do professorado primário — a União do Professorado Primário Oficial Português, com os estatutos aprovados no Congresso do Professorado Primário Oficial, realizado em Lisboa. A União organizou-se na base de uma grande autonomia, com núcleos concelhios ou por círculos escolares, regulados por estatutos próprios. Editava o jornal O «PROFESSOR PRIMÁRIO».

(Continua na página seguinte)

RECOMENDAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO DOS PROFESSORES (UNESCO/OIT)

TRANSCRIÇÃO DE ALGUNS PARÁGRAFOS

9. As Organizações do Pessoal Docente deveriam ser reconhecidas como uma força que pode contribuir consideravelmente para o progresso da Educação; consequentemente deveriam participar na elaboração da Política Educacional.

10. Deveria existir uma estrita cooperação entre as entidades competentes e as Organizações dos Professores, das entidades patronais, dos operários e dos pais dos alunos, organizações culturais e instituições do ensino ou de alta cultura e de investigação, com vista a uma definição da política docente e seus objectivos próprios.

38. A política do contrato do pessoal docente deveria definir-se claramente a nível apropriado, em colaboração com as organizações de professores, estabelecendo-se normas quanto às obrigações e aos direitos do pessoal docente.

44. As promoções deveriam basear-se numa avaliação objectiva das qualidades do interessado para o novo posto, segundo critérios profissionais estabelecidos depois de consultadas as organizações de professores.

49. As organizações de professores deviam ser consultadas quando se estabelecessem normas para efeitos disciplinares.

62. Os professores e suas organizações deveriam participar na elaboração dos novos programas, dos livros de texto e dos meios auxiliares de ensino.

72. Os professores e suas organizações deveriam procurar cooperar plenamente com as autoridades no interesse dos alunos, do ensino e da sociedade.

75. Para que o pessoal docente possa cumprir plenamente as suas obrigações, as autoridades deveriam estabelecer e usar regularmente processos reconhecidos de consulta às organizações de professores sobre assuntos, tais como política educacional, organização escolar e todas as transformações que possam ocorrer no ensino.

76. As autoridades e o pessoal docente deveriam reconhecer a importância da participação dos professores, por meio das suas organizações ou por outras vias, na elaboração das disposições com vista ao melhoramento da qualidade do ensino na investigação pedagógica e no desenvolvimento e divulgação de novos e melhores métodos de ensino.

79. Conviria encorajar a participação dos professores na vida social e pública com vista ao desenvolvimento pessoal dos professores, dos serviços educacionais e da sociedade em geral.

82. Os vencimentos e as condições do trabalho dos professores deveriam ser estabelecidos através de negociações entre as organizações do corpo docente e as entidades patronais.

83. Por via de regulamentação ou por acordo livre entre as partes deveria garantir-se aos professores o direito de negociarem, por meio das suas organizações, com as entidades patronais públicas ou privadas.

84. Deveria instituir-se um sistema paritário encarregado de resolver os conflitos entre o corpo docente e as entidades patronais resultantes das condições entre as partes, as organizações dos professores deveriam ter direito a tomar as medidas de que normalmente dispõem outras organizações para a defesa dos seus legítimos interesses.

89. As horas de ensino que os professores requeiram para o seu horário diário e semanal deveriam estabelecer-se depois de prévia consulta às organizações do pessoal docente.

123. 2) Quando se fizer um ajustamento de vencimentos, decorrente de um maior índice do custo de vida, esse índice deveria ser determinado com a participação das organizações dos professores. E todo o aumento concedido deveria ser integrado no cômputo para a pensão de reforma.

124. Não deveria ser instaurado ou aplicado sistema algum de remuneração de méritos, sem prévia consulta e aceitação por parte das organizações do pessoal docente.

140. Deveria considerar-se a possibilidade de participação dos representantes das organizações de professores na administração dos regimes especiais e complementares, assim como na gestão dos seus fundos.

Paris, 5 de Outubro de 1966

Por seu lado, os professores primários, nesta última fase da primeira República, continuam a exemplificar o seu espírito interveniente.

Em 1921 efectua-se no Porto outro Congresso, seguido do de Leiria em 1923, Braga em 1924 e os de Lisboa em 1925 e 1926, além de congressos regionais em Santarém, Almeirim, Guarda. Nessas assembleias discutem-se reformas gerais como a do dr. João Camoesas, breve ministro da Instrução Pública, que delineou uma alteração profunda da escola portuguesa; problemas relacionados com a previdência e aposentação; protestos contra decretos injustos; denúncias ao Governo das insuficiências da instrução primária.

Em 1927, também os professores do ensino técnico realizaram o I Congresso Pedagógico Regional do Norte, aprovando uma moção em que se pede: o ensino técnico elementar obrigatório para todos os operários; que aos aprendizes menores de quinze anos seja concedida a redução de duas horas no horário de trabalho diário a fim de frequentarem as escolas técnicas elementares; que em cada concelho sejam constituídas comissões especiais de fiscalização da obrigatoriedade do ensino, formadas por delegados das associações patronais e operárias.

Mas não só este associativismo de maior conteúdo sindical e por isso mais enraizado na classe dos professores existiu durante a I República.

Havia uma autêntica estrutura associativa paralela virada para os problemas da filosofia da educação e do desenvolvimento da instrução e da cultura no meio popular.

A Sociedade de Estudos Pedagógicos que constituiu o ponto de confluência de todos os grandes debates pedagógicos, a matriz de todos os projectos generosos de renovação da escola portuguesa, o ouvido atento a todas as experiências audaciosas no campo dos métodos didácticos, o local de encontro de republicanos e socialistas interessados nos problemas do ensino. António Sérgio, Adolfo Lima, João de Barros, Tomás da Fonseca, Delfim Santos, Bernardino Machado.

A Associação dos Professores de Portugal que defendia uma educação de estruturas e valo-

res anti-burgueses destinada à obra da emancipação social dos trabalhadores. A Liga Nacional de Instrução que tenta promover a fundação de escolas móveis de instrução primária, e desenvolve a criação da Universidade Popular. Em 1915 a Liga realiza palestras com projecções e subsidia cursos nocturnos para aperfeiçoamento dos que frequentaram os cursos de analfabetos.

A Liga Popular contra o Analfabetismo que instala escolas móveis e subsidia sete centros escolares, recebendo para isso um subsídio ministerial.

A Universidade Livre de Lisboa e a Sociedade Promotora de Escolas, entidade responsável pelo funcionamento da Escola Oficina n.º 1 de Lisboa onde, sob a orientação do professor e sindicalista Adolfo Lima, se fizeram notáveis experiências pedagógicas de relação entre o ensino teórico e trabalho manual.

Além de dezenas de revistas e jornais que sustentavam e alimentavam um circuito intenso e entusiasta de ideias, nesse outro tempo que é hoje nossa fronteira, lugar do salto sobre o espaço vazio que medeia entre nós e eles para que as relações necessárias assim sejam feitas.

Livraria **LEITURA**

Rua de Ceuta, 88 — Tel. 245 76

PORTO

LIVROS DE TODO O MUNDO

SECÇÕES DE:

Arquitectura — Arte — Ciências Políticas — Ciências Sociais — Cinema — Direito — Desporto — Economia — Educação — Filosofia — Física — Geografia — História — Linguística — Literatura — Matemática — Música — Pedagogia — Psicologia — Química — Teatro, etc.

No Congresso de 1920 discutiram-se os seguintes temas:

- relatório social e económico do conselho central;

- a escola primária portuguesa, actualidade do problema, necessidades urgentes;

- programas — sua análise e adaptação às condições de momento da educação nacional;

- inspecção escolar, juntas escolares, equiparação de vencimentos.

Acontecimento significativo é a sua participação, através de 3 delegados, no 2.º Congresso Operário efectuado em Coimbra em Setembro de 1919, em que se funda a Confederação Geral do Trabalho Portuguesa.

A existência de várias Associações de professores fez nascer a ideia da criação dum organismo de carácter federativo que abrangesse todos os graus de ensino, do primário ao universitário. Ainda se chegou a promover uma reunião em Coimbra, mas nada de concreto daí resultou. O radicalismo do movimento dos professores primários e o conservadorismo da generalidade dos professores secundários dificilmente poderiam coexistir.

Perante a falta de dinamismo da Associação do Magistério Secundário, funda-se em princípios de 1916, no Porto, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte, que organiza uma Cooperativa de Consumo e face à situação surgida na carestia de vida por efeitos da Grande Guerra desenvolve uma campanha, embora pacata, por aumento de vencimentos.

Como os professores das escolas técnicas tinham sido excluídos da Associação do Magistério Secundário, estes organizam em 1919 o seu movimento autónomo: A Associação dos Professores das Escolas Comerciais e Industriais que se distinguiu especialmente na defesa do direito dos professores não efectivos participarem nos conselhos escolares, do princípio da eleição dos

directores dos estabelecimentos de ensino e na exigência de Escolas Normais para a formação pedagógica do seu corpo docente.

A denúncia da anemia em que caíra a classe do professorado secundário, contrastando com a força da União do Professorado Primário Oficial, vai sair do Liceu de Aveiro que no ano lectivo de 1924-25, numa circular a todos os liceus do País, propõe a constituição de um novo organismo sindical. O aparecimento da revista «LABOR», com um tom polémico e combativo, vai ser um factor decisivo no ressurgimento do associativismo do ensino secundário, que a partir dessa altura ia entrar no período da sua maior vitalidade.

Numa Assembleia Magna realizada no Liceu Passos Manuel, em 2 e 3 de Maio de 1926, funda-se a Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses, que seguindo a orientação do sector dos professores primários, estrutura-se segundo o princípio da maior autonomia e descentralização de base. O resultado desse dinamismo irá imediatamente concretizar-se na realização de cinco Congressos, respectivamente em Aveiro, 1927; em Viseu, 1928; em Braga, 1929; em Évora, 1930 e finalmente em Coimbra, 1931.

É preciso reler os temas, as comunicações, as actas e as conclusões dos Congressos para nos apercebermos do que foi o último fôlego do professorado português. Problemas pedagógicos analisados segundo perspectivas científicas avançadas, que hoje bebemos de certas fontes como se fossem novidades do último correio de Paris, alternativas totais para reforma do ensino apresentadas por grupos de professores, defendendo a escola única, geral e obrigatória de 6 anos e depois um ensino secundário polivalente, atitudes de coragem nos interesses feridos, esforços quase desesperados para não deixar andar para trás a história do ensino português, de tudo isso podemos fazer a descoberta assombrada, folheando velhos livros e revistas, essa memória colectiva silenciosa e longínqua depositada nas bibliotecas públicas.



Também os professores da Escola Preparatória Gomes Teixeira, do Porto, sublinhavam na sua exposição colectiva:

— «Dada a complexidade dos fenómenos educativos, uma reforma do ensino será tanto mais válida quanto mais beneficiar da experiência e do saber do professor — não deste ou daquele, mas da classe (...). Daí a urgente necessidade da criação de uma Associação de Professores».

Associação que, segundo a resolução da Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, teria uma « direcção democraticamente eleita pelos seus membros, estatuto a elaborar pela classe e cuja orgânica seria definida por todos os grupos interessados ».

A criação de uma Associação de Professores surge assim, inequivocamente, como a aspiração máxima do professor português. Urge, tal como consta das conclusões do VI Congresso do Ensino Liceal, realizado em Abril de 1971 na cidade de Aveiro, criar a « legislação permissiva de reorganização da vida associativa dos professores ». É de notar, porém, que não pode haver uma legislação definitiva: ela tem de corresponder às conjunturas e a conjuntura de hoje não é, evidentemente, a mesma de ontem, pelo que uma nova legislação terá de ser criada em função das aspirações e necessidades actuais do professorado português. Ao tornarem possível a legalização de uma Associação de Professores, as entidades responsáveis porão fim à pouca honrosa excepção que é Portugal entre os outros países, pois em todos eles — incluindo a vizinha Espanha — os docentes do ensino público se podem reunir em organismos que os representem. Internacionalmente, reconhece-se hoje, mais do que nunca, a necessidade destes organismos, cuja defesa e princípios de constituição se encontram expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros documentos das Nações Unidas, na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, na Recomendação Relativa à Situação dos Professores. É desta última que transcrevemos o seguinte parágrafo.

— «As organizações do pessoal docente deveriam ser reconhecidas como força que pode contribuir consideravelmente para o progresso da educação; consequentemente, deveriam participar na elaboração da política educacional».

Ao manifestar de maneira clara que tem consciência plena da necessidade de uma Associação de classe, o professorado dos ensinos preparatório e secundário deu o primeiro passo para a sua criação. Para que ela venha a ser uma realidade, é necessário que se enriqueça com novos dados o nosso diálogo, alargando-o sempre no sentido de estruturar e dar forma a essa aspiração colectiva.

O que vai ler a seguir resulta de um esforço de elaboração nesse sentido. Propomos-lhe um questionário para responder, individualmente ou, de preferência, *em grupo* com outros colegas, uma base de reflexão e de debate que ajudará a concretizar e a dar forma ao rosto da *nossa* Associação, aqui e agora.

PARA UMA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDES) acabam de distribuir pelas escolas e liceus do País o documento que a seguir publicamos.

Os nossos leitores e assinantes que não tenham respondido ainda ao inquérito e o pretendam fazer poderão destacar a folha respectiva e enviá-la a

«O PROFESSOR»

Rua Júlio Dinis, 604-3.º Dto. B — PORTO

— «O desempenho cabal (da função docente) exige que se reconheça ao professor o direito, não só à sua maioridade civil mas também à sua maioridade profissional. Enquanto o professorado não tiver o direito de associar-se para discutir e decidir acerca dos problemas do seu *métier*, não haverá classe no professorado nem haverá ética profissional, a não ser nos compêndios de didáctica».

Com estas palavras, proferidas durante o ciclo de colóquios realizados na Escola Preparatória de Francisco Arruda em Outubro e Novembro de 1972, se exprimia publicamente uma preocupação latente em todos os professores: como elevar a consciência deontológica, defender os interesses profissionais, individuais e colectivos, dos seus membros, numa palavra, melhorar o ensino em Portugal, sem uma associação que congregue os esforços de todos nesse sentido e desenvolve o espírito de cooperação? Com efeito, de dia para dia se multiplicam os testemunhos da necessidade que o professor português sente de reatar hoje uma tradição associativa que em Portugal remonta ao século passado e que já teve concretização feliz no Sindicato dos Professores Primários de Portugal em 1911, o qual, ao longo de toda a sua existência, pugnou pela difusão e aperfeiçoamento da instrução popular e pela defesa dos interesses profissionais dos seus associados, ao lado de outras associações do pessoal docente, como a dos Professores do Magistério Secundário, fundada em 1904.

Do renascer dessa consciência associativa são bem elucidativas as resoluções que conselhos escolares de todo o País enviaram ao Ministério da Educação Nacional no final do ano lectivo passado, em resposta à circular que pedia aos professores o envio de «sugestões formuladas como subsídios para a elaboração do Estatuto do Pessoal Docente». Permitimo-nos transcrever, a título de exemplo, as conclusões de quatro estabelecimentos de ensino que, ao lado de tantos outros, reconheceram na criação de um órgão representativo da classe uma condição indispensável a uma participação efectiva na definição do seu estatuto profissional.

Assim, a Escola Preparatória de Manuel de Figueiredo, de Torres Novas, concluía:

— «Reconhece-se a necessidade da existência de uma Associação que represente e defenda, colectivamente, todos os professores, elevando-lhes a sua consciência deontológica».

A resolução do conselho escolar da Escola Industrial e Comercial do Seixal explicitava que, «é urgente a autorização legal para uma Associação do Pessoal Docente possibilitando o diálogo através de representantes de ambas as partes entre o professorado e a Administração, a participação na determinação das condições de trabalho, direitos e deveres da classe, a colaboração eficaz na elaboração da orgânica escolar, dos programas e dos métodos de ensino».

“O PROFESSOR”

REGISTA A OPINIÃO DE...

1 — QUAL O ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO?

2 — QUAIS AS SUAS FINALIDADES?

3 — QUAIS OS PASSOS A DAR PARA A SUA CONSTITUIÇÃO?

Depois de testemunho inequívoco de tantos Conselhos Escolares que, em Junho último, manifestaram a consciência de que só através duma Associação os professores poderiam participar correctamente na elaboração do seu Estatuto, não pode ser posta em causa a afirmação de que a grande necessidade dos professores portugueses é, efectivamente, a criação dum organismo de classe que os represente. E parece-nos que o primeiro passo a dar para a sua criação é canalizar esta aspiração generalizada para a discussão concreta de como deve ser na prática a nossa Associação e dos passos a dar para a sua constituição. Por isso mesmo, achamos que se reveste de particular oportunidade e interesse esta iniciativa da Revista «O Professor».

Ao apresentarmos o resultado dum nosso primeiro debate sobre as questões levantadas, não pretendemos, evidentemente, ter chegado a uma formulação definitiva ou mesmo satisfatória da problemática da Associação, mas apenas dar o nosso contributo para o diálogo que se quer incentivar entre os professores portugueses.

Um grupo de professores do Liceu D. Dinis

Cármem Correia — Conceição Antunes — Fátima Rodrigues — Fátima Seíça — João José Jóia da Silva — Manuel Coroadinha — Manuela Cabral — Maria Gonçalves — Regina Teixeira — Rogério Mota

É urgente a constituição dum organismo em que todos os professores portugueses se integrem, no qual todos possam participar.

Uma Associação definida nestes moldes seria o órgão justo que asseguraria a coesão e solidariedade de todos os que, desde o ensino infantil e primário ao ensino universitário, lutam por um exercício digno da função docente. No entanto, parece-nos que a realidade em que vivemos, com os professores dos diferentes graus de ensino trabalhando em compartimentos estanques, segregados uns dos outros, torna difícil e relega para um plano teórico esta aspiração, facto que não se compadece com a nossa urgência de formar desde já uma Associação de Professores.

Por isso, entendemos que há que trabalhar neste momento para uma Associação que integre *todos* os docentes, em actividade e na reforma, do Ensino Secundário e do Ciclo Preparatório, que pertençam ao ensino oficial, deixando bem clara a possibilidade de ligação a outras futuras organizações de classe (do Ensino Primário, Universitário e outros). Na verdade, parece-nos de sublinhar que só a união de todos os professores portugueses poderá garantir a dignificação da função da Escola na sociedade actual.

Uma Associação constitui-se, como é evidente, para defender os interesses individuais e colectivos dos seus membros e a defesa dos interesses dos professores significa:

— um estatuto sócio-profissional, que assegure a todos os professores os direitos e garantias reconhecidos pela legislação nacional e internacional do trabalho;

— a luta por vencimentos condignos;

— a luta por uma assistência eficaz;

— a luta por uma formação profissional que não se limite a uma transmissão de técnicas, mas que prepare o professor para educar, de molde a que os alunos conquistem as condições necessá-

AS ESCOLAS PRONUNCIARAM-SE

■ «Legalização de uma associação dos professores de todos os ramos de ensino, como primeiro passo para a criação do SINDICATO NACIONAL DOS PROFESSORES PORTUGUESES».

— *Deliberação do conselho da Escola Preparatória de Soares dos Reis, Vila Nova de Gaia, Junho, 1973.*

♦ «... que seja eleito pelo pessoal docente um órgão representativo que centralize a participação consciente de todos os professores na tarefa da EDUCAÇÃO e represente os seus anseios e aspirações».

— *Deliberação do conselho da Escola Preparatória do Padre Francisco Soares, Torres Vedras, Junho, 1973.*

■ «Criação duma Associação de Professores a nível nacional, para defender interesses profissionais e participar na elaboração da política educacional».

— *Deliberação do conselho da Escola Industrial e Comercial de Faro, Junho de 1973.*

♦ Foi aprovada por aclamação a constituição de uma Associação de Professores:

«Não poderá, pois, haver uma participação activa do Pessoal Docente na política educacional sem a existência de uma ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES».

— *Deliberação do conselho da Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, Barreiro, Junho de 1973.*

♦ «... que se crie uma Associação de Professores, tornando-se uma realidade, em Portugal, o § 83.º da Recomendação Relativa à Situação dos Professores, aprovada em 1966 numa Conferência promovida pela Unesco».

— *Deliberação do conselho da Escola Técnica Gago Coutinho, Alverca, Junho de 1973.*

♦ «Numa perspectiva comparatista:

1 — Portugal é o único país europeu em que é vedada a associação dos docentes do ensino oficial em instituições que os representem. Não temos conhecimento de outro país do mundo em que suceda este facto.

2 — A recomendação relativa à Situação do Pessoal Docente, aprovada pela Conferência Intergovernamental e Especial em 5 de Outubro de 1966, em Paris, reconhece de forma expressa a importância das associações de professores (...).

— *Deliberação do conselho da Escola Industrial Fonseca Benevides, Lisboa, Junho de 1973.*

♦ «Direito à constituição de uma Associação de Classe».

— *Deliberação do conselho da Escola Preparatória de Francisco Arruda, Lisboa, Junho de 1973.*

■ «Criação de uma Associação de Professores com capacidade jurídica de, legitimamente, representar os seus membros e defender os seus interesses».

— *Deliberação dos professores provisórios da Escola Técnica de Ave-lar Brotero, Coimbra, Junho, 1973.*

QUESTIONÁRIO

I. ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO

(Responda assinalando com uma cruz o quadrado respectivo)

1. 1. Considera que a Associação deverá abranger:

- o pessoal docente de todos os graus de ensino? ☐
- o pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário, com ligações futuras a outras organizações de classe (dos ensinos primário, superior e outros)? ☐
- ☐
- ☐
- ☐

1. 2. A Associação deverá agrupar:

- apenas os que possuem habilitação legal (académica e pedagógica) para o exercício da docência? ☐
- todo o pessoal docente, independentemente da categoria (efectivos, eventuais ou provisórios, agregados, auxiliares etc.)? ☐
- ☐
- ☐
- ☐

2. FINALIDADES DA ASSOCIAÇÃO

(Responda indicando a ou as finalidades por ordem de importância — 1, 2, 3, ... Poderá colocar 2 ou mais finalidades na mesma ordem de importância, atribuindo-lhe número igual).

A Associação terá como fim:

- estudar e defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros em actividade, no desemprego (por doença ou por afastamento involuntário) e na reforma? ☐
- estabelecer entre todos os seus membros, independentemente da especialização ou da categoria, laços duradouros de solidariedade? ☐
- pugnar pela transformação dos métodos e meios de ensino público, do ponto de vista material, pedagógico e social, visando uma verdadeira democratização da educação nacional? ☐
- defender e promover a qualidade do ensino, através de uma melhor qualificação de todos os docentes? ☐
- lutar contra toda e qualquer discriminação relativa a nomeação e promoção, que não seja motivada pela capacidade profissional do docente? ☐
- pugnar pela defesa das liberdades fundamentais e dos direitos do pessoal docente? ☐
- pugnar pela participação de todos os docentes na gestão escolar, nos aspectos administrativos e pedagógicos? ☐
- contribuir para a elevação do nível intelectual e cívico do País? ☐
- ☐
- ☐
- ☐

rias ao desenvolvimento livre e completo da sua personalidade e usufruam todos das mesmas oportunidades de aperfeiçoamento das suas capacidades;

- a luta por uma actualização e promoção profissional;
- a luta por condições de trabalho que tornem exequível na prática uma verdadeira acção educativa e pedagógica;
- a luta pela abolição de toda e qualquer discriminação relativa a nomeações e promoções devida a factores de ordem não profissional.

A Associação estabelecerá entre todos os professores laços duradouros de solidariedade que lhes advirão da participação numa tarefa comum: a defesa dos interesses da classe e a definição dos objectivos da educação e política educativa. Impõe-se, dentro deste espírito, que a Associação lute pelo abater de todas as barreiras que dividem os professores e, particularmente, por que a todos seja dada uma formação universitária que torne possível a mobilidade dos docentes entre os diversos graus de ensino.

Eis, no nosso entender, algumas das finalidades da actividade a desenvolver pela Associação de Professores para a valorização da função docente, que significará também pugnar por um ensino ao serviço da comunidade social em que a Escola se integra.

1.º Debate em cada estabelecimento de ensino dos problemas inerentes à classe para análise da necessidade comum duma defesa de interesses pedagógicos, sociais, económicos e profissionais.

2.º Votação em cada estabelecimento de ensino de dois delegados representativos desse estabelecimento.

3.º Reunião dos delegados de todas as escolas por Zonas Nacionais (a título de exemplo: Sul — Algarve e Alentejo; Lisboa; Coimbra; Porto; Norte; Minho e Trás-os-Montes).

4.º Formação duma Comissão Promotora Nacional, tendo por base uma votação feita a partir dos delegados por zonas.

5.º Elaboração de um Projecto de Estatuto por esta Comissão que, depois de discutido e aprovado nas escolas, será enviado superiormente.

6.º Realização pela Comissão Promotora Nacional de todos os esforços a desenvolver no sentido da aprovação da Associação pelas entidades competentes.

Sousa Santos, *Professor do Ensino Preparatório*.

1 — É habitual dar-se do processo educativo a imagem dum edifício em que, dos caboucos ao telhado, todos os materiais utilizados se apoiam, se suportam, se interpenetram, se justificam uns aos outros. Os professores são material desse edifício e, estando nele por inteiro, comuns lhes são os problemas gerais e os objectivos finais do trabalho. Assim, à pergunta «Qual o âmbito da Associação?» a resposta espontânea, e no entanto correcta, seria: a Associação deverá abranger e representar a totalidade do professorado.

A realidade, porém, impõe-nos limites. O edifício está lá, mas por dentro é uma complicada teoria de portas fechadas a cadeado, escadas sem degraus, elevadores avariados, alçapões inesperadamente abertos, pisos — os superiores — ciosamente reservados, caves e sótãos aonde se confinam alguns marginais tidos por mais incómodos ou menos habilitados. Na verdade, e abandonando a linguagem metafórica, sabemos que são diferentes as finalidades educativas propostas para os vários níveis e ramos de ensino, assim como são diferentes as práticas metodológicas e didácticas que neles ganharam raiz

e as exigências em habilitação necessária para o exercício da respectiva docência. As próprias escolas da infantil à universitária, se institucionalizam de forma diferente, com diversíssimos graus de inserção e projecção sociais.

A força destas coisas faz com que, em cada um dos níveis escolares, o professorado perspetive de forma diferenciada a sua realidade profissional e as formas de a modificar. E há, então, que afirmar: o processo educativo está por demais estanqueado para que os problemas imediatos e os objectivos próximos de trabalho de todos os profissionais do ensino possam ser devidamente postos e tratados através duma Associação de âmbito total.

Uma Associação de Professores do CPES e do Ensino Secundário parece-me ser, portanto, a resposta mais adequada à realidade se, paralelamente a ela, forem tomando corpo as Associações de Professores do Ensino Primário e do Ensino Superior. E que, ganhas as três, se passe sem detença à conquista duma Federação que as articule e lhes dê, no corpo social português, o peso e a importância que qualquer uma delas por si só dificilmente terá, mas que o professorado no seu todo, como classe profissional, exige.

2 — Antes de mais a Associação será local de encontro. Encontro concebido no seu sentido mais lato: a possibilidade de veicular informações, ideias, opiniões; a justificação para os debates amplos, para a reflexão colectiva sobre os problemas comuns. E como os problemas comuns a todos os professores são comuns a estes e à Nação, teremos que a Associação será lugar de encontro dos professores entre si e dos professores com o país real.

E ficar-me-ia por aqui — para mim, é a finalidade justa e a dimensão exacta a dar à Associação.

Reconheço, no entanto, que tal definição de objectivos peca por demasiado genérica e carece de análise mais ponderada. Tentarei lá chegar.

Direi que o primeiro objectivo está na caracterização da situação profissional dos docentes e no apontar caminhos para a sua necessária revalorização. E que aqui começam, já, os equívocos. Pois, por um lamentável erro de interpretação ou avaliação das realidades, muitos irão apelar para, ou mesmo exigir, uma finalidade associativa espartilhada num pedagogismo estrito (e estreito!), limitada ao estudo e à discussão do conteúdo e das técnicas do ensino como contribuição do professorado para lhe melhorar a qualidade. Como se a qualidade do ensino não dependesse directamente do quadro geral e institucional em que ele é praticado, das disponibilidades de origem social, económica e cultural daqueles a quem se destina, e da preparação, empenho e estatuto daqueles que o ministram!

O conhecimento perfeito do seu instrumento de trabalho — o conteúdo e as técnicas do ensino — é uma exigência que, antes de ser feita ao professorado, deve partir dos próprios professores. Mas é uma exigência que pressupõe, forçosamente, outra: que se criem as condições necessárias para que aqueles possam manejar o seu instrumento de trabalho em termos de indiscutível rendibilidade.

E a criação dessas condições passa, também forçosamente, por uma reformulação radical da actual situação do professorado, no que concerne a remunerações, participação na gestão escolar, acesso ao quadro e à carreira docente, obtenção de diuturnidades, garantia de assistência médica e segurança social.

Sobre tudo isto têm os professores o direito e o dever de dizer uma palavra — a sua palavra. E esperam, com certeza, que a sua Associação lhes forneça os meios jurídicos e materiais para o fazer.

Direi que o segundo objectivo é o complemento natural do primeiro e consiste em assegurar para a Associação capacidade de representar todo o professorado do CPES e Ensino Secundário, tornando-a o «interlocutor válido» para o M. E. N.. No diálogo que, embora esforçadamente adiado por alguns, é pela maioria tido como desejável e inevitável.

rias ao desenvolvimento livre e completo da sua personalidade e usufruam todos das mesmas oportunidades de aperfeiçoamento das suas capacidades;

- a luta por uma actualização e promoção profissional;
- a luta por condições de trabalho que tornem exequível na prática uma verdadeira acção educativa e pedagógica;
- a luta pela abolição de toda e qualquer discriminação relativa a nomeações e promoções devida a factores de ordem não profissional.

A Associação estabelecerá entre todos os professores laços duradouros de solidariedade que lhes advirão da participação numa tarefa comum: a defesa dos interesses da classe e a definição dos objectivos da educação e política educativa. Impõe-se, dentro deste espírito, que a Associação lute pelo abater de todas as barreiras que dividem os professores e, particularmente, por que a todos seja dada uma formação universitária que torne possível a mobilidade dos docentes entre os diversos graus de ensino.

Eis, no nosso entender, algumas das finalidades da actividade a desenvolver pela Associação de Professores para a valorização da função docente, que significará também pugnar por um ensino ao serviço da comunidade social em que a Escola se integra.

1.º Debate em cada estabelecimento de ensino dos problemas inerentes à classe para análise da necessidade comum duma defesa de interesses pedagógicos, sociais, económicos e profissionais.

2.º Votação em cada estabelecimento de ensino de dois delegados representativos desse estabelecimento.

3.º Reunião dos delegados de todas as escolas por Zonas Nacionais (a título de exemplo: Sul — Algarve e Alentejo; Lisboa; Coimbra; Porto; Norte; Minho e Trás-os-Montes).

4.º Formação duma Comissão Promotora Nacional, tendo por base uma votação feita a partir dos delegados por zonas.

5.º Elaboração de um Projecto de Estatuto por esta Comissão que, depois de discutido e aprovado nas escolas, será enviado superiormente.

6.º Realização pela Comissão Promotora Nacional de todos os esforços a desenvolver no sentido da aprovação da Associação pelas entidades competentes.

Sousa Santos, *Professor do Ensino Preparatório.*

1 — É habitual dar-se do processo educativo a imagem dum edifício em que, dos caboucos ao telhado, todos os materiais utilizados se apoiam, se suportam, se interpenetram, se justificam uns aos outros. Os professores são material desse edifício e, estando nele por inteiro, comuns lhes são os problemas gerais e os objectivos finais do trabalho. Assim, à pergunta «Qual o âmbito da Associação?» a resposta espontânea, e no entanto correcta, seria: a Associação deverá abranger e representar a totalidade do professorado.

A realidade, porém, impõe-nos limites. O edifício está lá, mas por dentro é uma complicada teoria de portas fechadas a cadeado, escadas sem degraus, elevadores avariados, alçapões inesperadamente abertos, pisos — os superiores — ciosamente reservados, caves e sótãos aonde se confinam alguns marginais tidos por mais incómodos ou menos habilitados. Na verdade, e abandonando a linguagem metafórica, sabemos que são diferentes as finalidades educativas propostas para os vários níveis e ramos de ensino, assim como são diferentes as práticas metodológicas e didácticas que neles ganharam raiz

Calvet Magalhães, *Professor do Ensino Técnico.*

Envolver todos os professores, pois somente cerca de 20 % dos docentes do ensino particular têm representação de classe através do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular. A actividade de todos os professores é básica, essencial para o futuro da Nação, não se pode prescindir da sua clarividência e adesão a uma tarefa patriótica que não pode somente estar sujeita a registos de presença e ordens de serviço.

Não se podem executar reformas sem que os professores considerem que também são obras suas. Ouvir os professores através de Conselhos Escolares é limitar-lhes o poder criador, é pautar, na grande maioria dos casos, o seu procedimento, é afogar-lhes o despertar das vontades. É condescender com a rotina, com a passividade. «No plano da aplicação concreta das reformas, o sucesso ou o malogro dependem da atitude do corpo docente» (Unesco, pág. 204, «Recomendação Relativa à Situação dos Professores»). «O professor é a mola real de todo o ensino em Portugal», (prof. Veiga Simão, Aveiro 1971.)

Para se obter um alto grau de satisfação pela profissão docente é necessário que uma associação de classe corresponda ao âmbito de uma Ordem de Professores.

Só uma associação ampla, investigadora, departamentada pode evitar o alienamento do professor consequência da sua não participação activa na gestão escolar; poder-lhe assegurar o trabalho livre em grupos, sem autorizações condicionadas; permitir-lhes imaginar para o futuro, considerar que os planeamentos educativos têm significado, que ocupa papel importante na organização social escolar; imaginar para o futuro. («Nunca se tornou mais necessário agarrar so-

nhos e transportá-los para a vida» prof. Veiga Simão, 1973).

Evitar o isolamento do professorado provocado pelo art.º 39, do decreto 23048, de 23 de Setembro de 1933, que proibiu a constituição de associações de funcionários públicos e extinguiu as associações de professores até então existentes. Foi a partir dessa data que os professores de todos os graus de ensino, do primário ao superior, perderam o convívio profissional que sempre se revelou de maior utilidade, viram enfraquecer a defesa dos seus interesses (escolhas pelos Conselhos Escolares, desigualdade de férias mais tarde anulada pelo prof. Galvão Telles, proibição pelo Ministro Pires de Lima de filiação em associações médicas e de isenção de propinas para os filhos dos professores, etc., etc.), esmorecer a dinâmica motivadora de uma acção plena, cair-se na rotina, viram desaparecer o tempo para serem ouvidos com atenção, estudar os problemas educativos em mesas-redondas, sem hierarquias, etc..

Para se valorizar o ensino, dignificar o professorado, torna-se necessário uma atmosfera de diálogo entre a classe docente e a Administração. Daí a finalidade de uma Associação que permitiria uma colaboração eficaz na reforma do ensino, condições de trabalho e de emprego dos professores, política escolar, métodos, programas de ensino, gestão escolar, cursos de reciclagem, investigação pedagógica, estímulo do amor-próprio, etc..

Uma associação de classe contribui para dar ao professor um sentimento de segurança pessoal e permitir-lhe caminhar com confiança na vida.

Sabe-se, das recomendações dos organismos internacionais interessados, das reiteradas afirmações do actual responsável pela Educação Nacional, e do conhecimento directo da evolução dos homens e das instituições, que é irreversível, mesmo entre nós, o processo de participação dos professores na definição da política educacional.

Sabe-se também que o nível geral dessa participação depende do nível geral de participação cívica e política praticada, o que porá ao nosso professorado português alguns problemas suplementares. A prová-lo o facto de o processo já ter sido tímida e rudimentarmente (e algumas outras coisas mais ...) iniciado e de, neste momento, os dois «participantes» se encontrarem precisamente como à partida: em posições abissalmente desiguais.

A exigência de total representatividade para a Associação é para os professores, agora, a única forma de tentar superar uma das consequências mais graves daquela desigualdade: a que põe, face ao M. E. N., não uma classe profissional coesa e consciente dessa coesão, mas uma classe atomizada em tantas frentes quanto as escolas, quando não quantos os professores. E creio não ser necessário avançar uma análise do que significa este tipo de «diálogo», nem de dizer quem dele colhe todas as vantagens.

3 — Para ser de todos, a Associação terá de ser construída por todos. E o empenhamento inicial de todo o professorado na construção da sua Associação é a garantia dum vínculo e dum compromisso que se querem duráveis e correntes.

Para que a Associação se oficialize e entre em efectivo funcionamento há que seguir um esquema processual predeterminado, que vai da formação duma «comissão» à eleição e posse dos primeiros corpos gerentes. Isto é já consabido, mas faço-lhe referência porque me parece que a cada uma das várias etapas desse esquema deverão corresponder, e ser concretizadas, formas de actuação específicas que respeitem os princípios enunciados no primeiro parágrafo da resposta a este ponto.

Que todo o processo seja totalmente aberto e amplamente participado, pois «Pensar a Associação» é, na sua prática, a forma mais correcta de os professores clarificarem ideias e fixarem acordo sobre os pontos de crucial definição: os objectivos, as estruturas, os meios de acção.

Já pode ler os três primeiros volumes da



Técnicas de Educação

EDITORIAL ESTAMPA

A Actividade Criadora da Criança
R. Gloton e C. Clero / Preço 50\$00

As Técnicas Freinet da Escola Moderna
C. Freinet / Preço 50\$00

A Criança e os Brinquedos
Jeanne Bandet e R. Sarazanas / Preço 50\$00

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO "O SÉCULO" — R. DE "O SÉCULO" — LISBOA

aceitar que os professores, que constituem já percentagem significativa de população activa, deverão estar preparados para o papel que lhes caberá nessa reformulação.

Eles deverão ser homens que se saibam interrogar continuamente a si próprios. Eles deverão saber compreender a linguagem dos mais novos. O seu papel na sociedade de hoje é demasiado importante, para que possam estar isolados, indiferentes, para que não discutam entre si os problemas que diariamente se lhes depa-ram.

Parece-me, pois, que o êxito de qualquer reforma educacional deverá passar pela criação dum organismo que permita aos professores tomar parte activa e consciente na definição dos problemas ligados ao ensino, e cuja latitude vá desde a análise das suas condições de trabalho à definição global duma política de educação.

Penso que a criação de uma Associação de Professores possibilitará a existência de condições que permitam a formação duma verdadeira ética profissional, só possível, na generalidade, se esses professores tiverem consciência da sua posição na sociedade como corpo colectivo. Através de trocas de impressões a nível mais generalizado, entre professores de escolas diferentes e

até de graus de ensino diferentes, através de colóquios, cursos e reuniões, tornar-se-á possível um trabalho cooperativo na formulação de soluções. Essa Associação poderá desempenhar papel importante na actualização das estruturas educativas existentes. Poderá, ainda, contribuir para a melhoria do nível técnico, pedagó-

gico e científico dos associados.

Parece-me que, quanto ao âmbito dessa Associação, ela deverá englobar todos os docentes. No entanto, dado que muitos problemas não são comuns aos diferentes graus de ensino, deverá estar dividida em secções relativas aos ensinos básico, secundário e superior.

EDITORIAL ESTAMPA

TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO

UM CONJUNTO DE LIVROS
QUE SE PRETENDE DE
CONSULTA ÚTIL E ACESSÍVEL

UMA COLECÇÃO DIRIGIDA AOS PAIS E AOS PROFESSORES



EDITORIAL ESTAMPA

Rua Escola do Exército, 9-r/c-Dt.
LISBOA

A concepção de Bonaparte «o ensino de uma nação é acima de tudo assunto do Estado», gerida em presença de facções hostis, considerando que no ensino, como em todas as outras coisas, é necessária uma unidade de opiniões e de funcionamento, fomos decerto buscar essa ideia de impedir os professores de se constituírem em associações de defesa dos seus interesses e de colaborarem espontaneamente na obra educativa nacional, esquecendo-nos no entanto, que Napoleão considerou, somente, que a França precisava, pelo menos por uns tempos, de uma única universidade e da universidade de um único chefe.

Estamos desprovidos de todos os instrumentos que permitam um caminho natural para se engendrar colaboração: os professores de várias escolas não se podem juntar sem autorização, a não ser fora das escolas; somente são permitidas reuniões dos professores da própria escola. Este regime devia acabar pois contraria o progresso educativo.

Trabalhando com a legislação existente só tínhamos uma saída: a constituição de uma sociedade de estudos pedagógicos. Somente com a revogação do citado art.º 39 os professores podem formar uma Associação Profissional que os dignifique e represente.

Os primeiros passos seriam portanto:

- criação de uma Sociedade de Estudos Pedagógicos;

- uma campanha sistemática e esclarecida defendendo a sindicalização dos professores ou a inscrição numa ordem;

- uma representação a nível nacional solicitando a abolição do art.º 39 do decreto 23 048;

- manutenção de comissões regionais de esclarecimento, junto das associações de pais, publicações educativas, Rádio e TV, sobre as vantagens para o ensino de uma Associação de classe do professorado;

- criação dum órgão da classe.

Vitor Silva, *Professor do Ensino Superior.*

A revolução científica e tecnológica a que assistimos a partir da segunda metade do século XX e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa vieram mostrar que os sistemas educativos se encontravam completamente ultrapassados em relação à realidade circundante. Assim, os problemas ligados ao ensino têm-se multiplicado nos últimos anos a um ritmo vertiginoso. Toda uma estrutura educacional tem sido posta em causa, nos seus próprios fundamentos, quer por educadores, desde Freinet a Ivan Illich, quer por uma juventude que toma consciência de que é necessário

modificar por completo uma educação desajustada às exigências do mundo em que vivemos.

Hoje, mais de metade da humanidade tem menos de 25 anos. Será forçoso que os responsáveis pela educação criem o hábito de olhar para o futuro, abandonando nostalgias dum passado que já não pertence ao mundo de hoje. E os responsáveis pela educação devem ser, acima de tudo, os profissionais do ensino, os professores. Deverão ser estes, prioritariamente, uma vez que estão em contacto directo com a realidade educativa, a ter influência na elaboração de qualquer polí-

tica educacional. A evolução que facilmente se prevê para um futuro próximo mostra que os problemas actuais se agudizarão nos anos que se avizinham. Basta, por exemplo, pensar que a escolarização tem progredido, em média, a um ritmo de 4 % por ano, enquanto o acréscimo de população — que alarma muitos sociólogos — é de cerca de 2 %.

Se aceitarmos a ideia — e como poderemos não a aceitar? — de que chegou, finalmente, a hora de proceder a uma renovação de todo o processo educativo, de repensar tudo aquilo que diz respeito à educação, teremos de

Encontro de Professores

De 1 a 4 do passado mês de Outubro teve lugar em Lisboa um Encontro de Professores do Ensino Secundário Técnico, nele participando cerca de 700 professores, nomeados pelos directores das diferentes Escolas do país para a regência dos recém-criados Cursos Complementares.

Após uma primeira sensibilização aos respectivos programas, na maioria das disciplinas feita através de uma leitura exaustiva dos mesmos pelos colegas orientadores, foram os professores participantes solicitados a fazer (individualmente ou em grupo) uma análise crítica ao programa que iriam leccionar, devendo apresentar também as soluções que entendessem mais ajustadas.

Como resultado desta análise e destas soluções parcelares, discutidas uma e outras no último dia do Encontro, foi aprovado, por disciplina, um conjunto de conclusões finais, posteriormente enviado à Direcção-Geral do Ensino Secundário.

A encerrar este Encontro, realizou-se num restaurante da cidade um «jantar de confraternização» (?), presidido por Sua Excelência o Ministro. Falando em nome dos professores presentes, o colega Dinis Pacheco, da Escola Comercial de Portalegre, referiu o entusiasmo com que o docente sempre «acorre a iniciativas desta ordem», afirmando, seguidamente: «Encontros como este são necessários a todos os níveis de ensino, pois se tornam indispensáveis para que os cursos (...) frutifiquem plenamente».

Na verdade, se se quer em Portugal um ensino vivo, actuante, democrático, ele só é possível com a participação de todos na sua definição. O que se acaba de referir é já um pequeno passo em frente. Mas é preciso dar mais passos em frente. Muitos mais. Chamando a participar não só os professores, mas também os alunos e encarregados de educação.

Mais adiante, e focando mais concretamente os problemas discutidos no decorrer do Encontro, o nosso colega focou algumas das conclusões a que os diferentes grupos chegaram, nomeadamente:

— «conveniência da Direcção-Geral poder intervir junto das Direcções das Escolas, no sentido do professor encontrar liberdade e apoio indispensáveis à realização dos programas»;

— necessidade de «um imediato reapetrechamento das Escolas: de molde a satisfazer as necessidades programáticas», «tendo-se em mente os condicionamentos» actualmente existentes «nas nossas Escolas»;

— «a redução dos tempos lectivos semanais do professor, de forma a que disponha do tempo necessário para a preparação didáctica e científica que é exigida». Aliás, «à semelhança do que sucede com o 3.º ano do Ciclo Preparatório».

Foi também enviada ao MEN uma exposição subscrita por 295 professores presentes neste Encontro. Considerando as carências escolares e o tempo necessário à preparação destas aulas, foram feitas, nesta exposição, as seguintes propostas:

— «que as Escolas sejam imediata e devidamente apetrechadas». (Em particular no que diz respeito à dotação de salas cabalmente adaptadas e à aquisição de material bibliográfico, áudio-visual, etc.);

— «que seja reduzido o horário semanal dos professores de acordo com o número de turmas do curso que venham a reger»;

— «que aos alunos seja fornecido o indispensável material de estudo».

Desta exposição foi dado conhecimento ao Director-Geral do Ensino Secundário.

Reunião de Directores

Realizou-se no passado dia 12 de Novembro, na Escola de Artes Decorativas António Arroio, em Lisboa, uma «reunião de directores». Era objecto desta reunião «o conhecimento de todos os dados que possam interessar à execução dos programas dos Cursos Complementares de modo a avaliar a experiência em curso no ano lectivo corrente».

«Para tal» deviam os Directores ir «munido(s) de todos os elementos elucidativos da(s) Escola(s), tais como:

— Número de turmas por curso;

— Número de alunos por turma;

— Relação dos professores, suas habilitações académicas e profissionais e disciplinas que regem;

— Matérias leccionadas até àquele dia, em cada disciplina, e número de aulas;

— Possíveis carências e outras dificuldades que entravam o desenvolvimento das matérias programadas;

— Sugestões e dúvidas suscitadas pelas circulares relativas aos Cursos Complementares».

Seria de todo o interesse que fossem divulgadas, junto dos professores, as conclusões a que chegaram os participantes nesta reunião.

COBRANÇAS

Solicitamos a melhor compreensão dos nossos assinantes para quaisquer anomalias que, eventualmente, se verifiquem no serviço de Cobranças, pedindo que as mesmas nos sejam assinaladas de modo a poderem ser corrigidas.

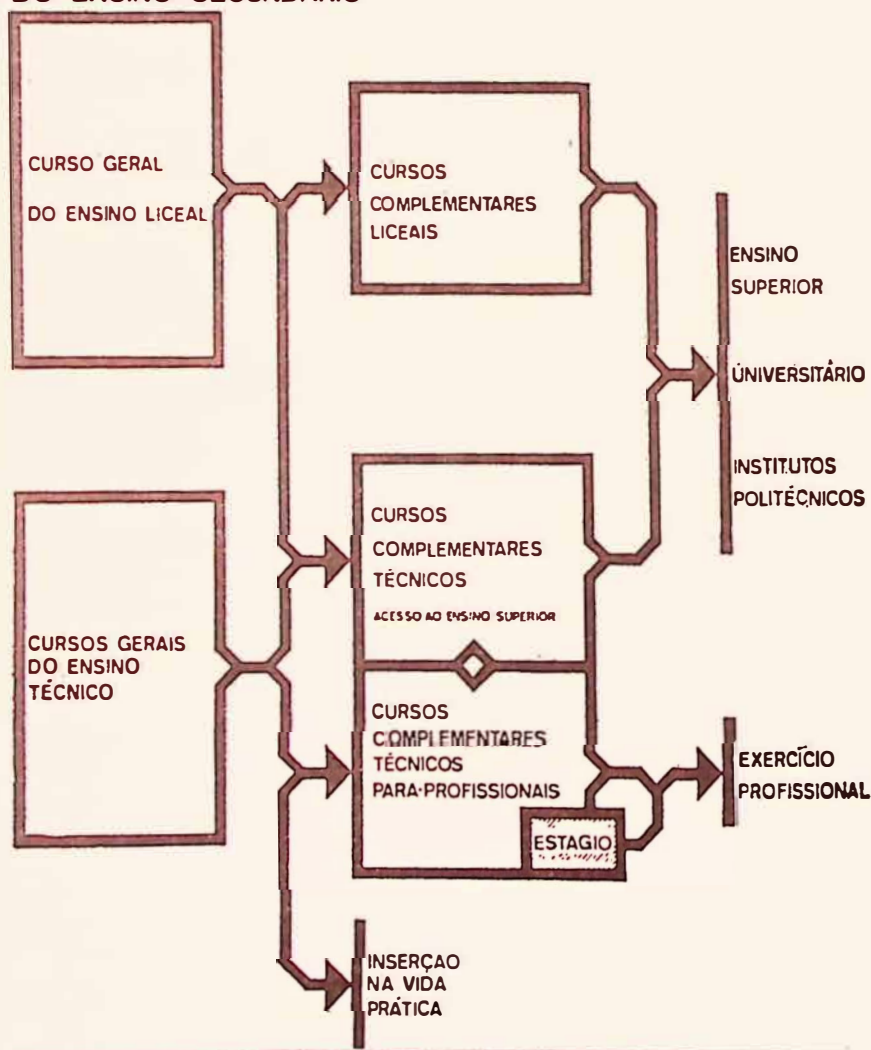
CURSOS COMPLEMENTARES DO ENSINO TÉCNICO

Coordenação de: ANTÓNIO TEODORO
CARLOS MOREIRA
LUCINDA LOPES

«Instituídos por despachos de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, proferidos ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967, e no âmbito duma experiência pedagógica iniciada em 1970», começaram a funcionar este ano lectivo os Cursos Complementares do Ensino Técnico Secundário.

A fim de melhor situar os referidos cursos no actual sistema educativo, apresentamos o seguinte organigrama divulgado pela Direcção-Geral do Ensino Secundário.

ACESSOS ESCOLARES E PROFISSIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO



que prevalece, desde o primeiro dia, perante os programas, é que há um esforço enorme a fazer, extra-escola, quer compilando apontamentos para os alunos, quer procurando os livros que ninguém, até hoje, nos indicou.

2.1. Sendo novo no ensino, falta-me o conhecimento para me poder pronunciar. No entanto, é notória a dificuldade dos alunos, e algumas vezes perante matérias novas (É o caso da Estatística).

2.2. Esta é uma questão importante, que devia ter merecido da Direcção-Geral do Ensino mais atenção. Programas ambiciosos, que não encontram de forma alguma, apetrechamento laboratorial à altura. E faltam também nas Escolas os livros necessários. Nem sequer nos disseram onde procurar os assuntos.

2.3. De Estatística, poderei dizer que há um programa capaz de ser todo dado.

De Electrotecnia, duvido que tudo o que se exige possa ser feito. Então a nível de laboratório, nem é bom pensar nisso. Seriam precisas muitas dezenas de contos. Quanto às instalações, nada posso dizer, por enquanto.

3. Foi dito que estes cursos visam a dupla promoção: profissional e social (entenda-se económica), equiparando-os ao curso dos liceus.

Assim, um aluno do liceu e um aluno dos complementares vão ambos chegar à Universidade (chegarão mesmo?) mas só com uma diferença:

este último teve um programa de longe bem maior que o do liceu, pois, além das disciplinas de cultura geral (!), leva mais as de carácter técnico e não são tão poucas como isso.

E, se nos lembrarmos de que, na Universidade, se torna a repetir quase tudo (a maior parte das vezes, fazendo tábua rasa do que está para trás), estamos a ver a posição ingrata de tamanho esforço.

Mas fique-nos disto a realização profissional e económica. Só?

CLARA FERNANDES

Escola Industrial e Comercial de Leiria

1. Nos Cursos Complementares, lecciono as disciplinas de Física e de Química.

Dado o nível que é exigido neste curso, acho que deveria ter sido organizado um curso de actualização, na Universidade, durante o mês de Setembro. Só assim o professor poderia considerar-se preparado para a sua leccionação. O curso de apresentação do programa, efectuado na 1.^a semana de Outubro, foi insuficiente para uma boa preparação dos professores.

2.1. Não considero, de maneira nenhuma, o programa adaptado à preparação anterior dos alunos. O programa de Física e de Química é muito extenso e em desacordo com a idade dos alunos para que é destinado, não havendo uma assimilação da matéria dessa disciplina.

2.2. A Escola não possui condições materiais para a concretização dos programas das disciplinas que lecciono. O Laboratório não possui condições para a realização de trabalhos práticos.

2.3. Os programas têm uma estrutura geral coerente, sobretudo o de Química. Não estão de acordo com as realidades do nosso ensino.

3. Acho que os alunos dos cursos complementares do Ensino Técnico não estão nas mesmas circunstâncias dos dos cursos complementares do Liceu, não só pela sua preparação anterior, como pela dificuldade do curso. No caso das disciplinas de Física e Química, o programa é mais extenso e ambicioso que os mesmos programas dos cursos complementares do Liceu. Em minha opinião, só uma percentagem mínima de alunos deste curso poderá atingir o ensino superior.

LEONOR REAL

Escola Industrial e Comercial Alfreto da Silva do Barreiro

1. Lecciono a disciplina de Filosofia. Considero-me preparada, mas não «cabalmente», para a sua leccionação.

2.1. O programa parece-me mais adaptado aos alunos dos cursos comerciais do que aos dos cursos industriais.

2.2. Não. O mobiliário das salas não se presta à realização de trabalhos de grupo. Falta uma biblioteca básica da especialidade e algumas turmas têm um número excessivo de alunos.

2.3. Em relação ao programa, segui uma orientação diferente da proposta, em alguns capítulos.

FERNANDA PAIS DOS SANTOS

Escola Industrial e Comercial de Leiria

1. Lecciono a disciplina de Inglês. Sim, considero-me apta a leccionar esta disciplina nos Cursos Complementares, o que não quer dizer que não necessite de muitas horas para preparar e estruturar, convenientemente, as lições.

Algumas opiniões

Do ponto de vista programático, os Cursos Complementares representam, além de uma inovação, uma melhoria no ensino secundário. Contudo, a sua concretização aponta sérios desajustamentos entre o legislado e a realidade escolar, nomeadamente quanto às condições materiais das escolas e quanto à adequação dos programas aos conhecimentos dos alunos, além de não resolver cabalmente o problema do acesso dos alunos do ensino superior.

Nesse sentido, «O PROFESSOR», interessado em ouvir a opinião de todos aqueles que se interessam pelas questões do ensino, em particular dos que mais directamente estão ligados aos Cursos Complementares, pensou pôr à consideração de todos o seguinte questionário, já divulgado junto de alguns professores:

1. Lecciona alguma disciplina no Curso Complementar? Qual? Considera-se cabalmente preparado para a sua leccionação?
2. Considera o programa de cada disciplina:
 2. 1. Adaptado aos alunos no que diz respeito aos seus conhecimentos anteriores?
 2. 2. Adaptado às condições materiais da sua escola?
 2. 3. Com uma estrutura geral coerente e bem delineada?
3. Deseja fazer uma apreciação genérica sobre a inserção dos Cursos Complementares na actual orgânica do sistema escolar?

No entanto, e porque algumas respostas nos foram já enviadas, entendemos publicá-las já neste número.

MANUELA SILVESTRE

Escola Industrial e Comercial Josefa de Óbidos—LISBOA

1. Economia Política; Organização e Administração de Empresas.

2. 1. Não considero o programa adaptado à preparação anterior dos alunos, pois existem inclusive algumas habilitadas com o Curso de Formação Feminina que nada sabem acerca das matérias básicas do Comércio: Contabilidade, Direito Comercial, Técnica de Vendas, Noções de Comércio e Economia Política.

Além disso também os próprios alunos habilitados com o Curso Comercial não têm maturidade suficiente para entender a matéria de Organização e Administração de Empresas.

2. 2. As condições materiais da Escola e as orientações gerais dadas para o ensino das matérias dos Cursos Complementares são completamente incompatíveis.

Falta tudo o que é necessário para um ensino de base de raciocínio e compreensão, como por exemplo, publicações, estatísticas e bibliografia. Muito dificilmente se poderá deixar de fazer um ensino de memorização.

2. 3. Em relação aos programas, a sua estrutura é coerente. No entanto, ao enquadrarmos estes programas no ensino a que foram destinados chega-se à conclusão que são demasiado ambiciosos e mais próprios para um nível universitário do que pré-universitário. Além do mais também não foram dadas quaisquer indicações acerca do nível de profundidade e pormenor que devemos dar a cada rubrica do programa.

3. A situação destes cursos no actual sistema escolar teve dois objectivos:

- a) — Possibilidade de acesso ao ensino superior;
- b) — Possibilidades de especialização profissional.

Em relação ao primeiro objectivo, basta compararmos o tipo e quantidade de matérias a ministrar neste ensino com as matérias do curso complementar dos Liceus, que lhe é equivalente, para se concluir que os alunos inscritos nos cursos complementares do Ensino Técnico ficam em nítida desvantagem.—

Isto é acrescido ainda do facto de esses alunos terem horários muito sobrecarregados, de tal modo que a existência de tempos livres para estudo ou outras actividades é praticamente nula.

Quanto ao segundo objectivo, enfrentam os alunos uma incógnita que é a possibilidade de serem admitidos em empresas que tenham interesse e disponibilidades suficientes para terem ao seu serviço pessoal especializado. Este problema é enquadrado noutros problemas de estrutura e desenvolvimento económicos necessários à absorção, por parte das empresas, de pessoal devidamente especializado.

MANUEL PEDROSA GRASINA

Escola Industrial e Comercial da Figueira da Foz

1. Electrotecnia e Instalações Eléctricas (Indústria); Estatística (Comércio).

A segunda destas cadeiras ainda não funciona no curso nocturno, por os alunos se encontrarem ainda a fazer exames ad hoc.

Isto de me dizer cabalmente preparado, numa altura destas e no meu caso, é muito difícil; a noção

1. Lecciono a disciplina de Ciências Naturais.

Embora licenciada em Biologia, não me parece ter a preparação que julgo necessária para a leccionação do programa tal como está enunciado.

Para uma boa relação professor-aluno, é indispensável uma boa preparação científica, pedagógica e didáctica, por parte do professor, o que, neste caso foi descurado, para não dizer esquecido. Não podemos esperar que o professor tenha sempre presente os conhecimentos necessários para leccionar qualquer disciplina. Aliás no meu caso, os conhecimentos adquiridos na Universidade são insuficientes para leccionar parte do programa — a Geologia. É evidente que o professor deverá ter capacidade para se preparar e actualizar, direi mesmo que tem esse direito, mas essa preparação não pode ser feita de improviso, quase de aula para aula, como está actualmente a acontecer com a maioria dos professores que leccionam os Cursos Complementares.

2.1. O programa da disciplina está profundamente desajustado relativamente à preparação anterior dos alunos. É quase absurdo pretender leccionar um programa de nível pré-universitário a alunas que mal se iniciaram nas Ciências Naturais. Eu, por exemplo, tenho alunas que nem sequer tiveram a disciplina de Ciências, embora o programa proposto exija conhecimentos equivalentes a 2 ou 3 anos de leccionação desta disciplina.

A acrescentar, a falta de elementos de trabalho, tanto para os professores, como para os próprios alunos. Pensava-se que o Ministério da Educação Nacional enviaria folhas que se destinavam a auxiliar o estudo das alunas em casa. Simplesmente, até agora nada nos chegou... e as alunas não têm por onde estudar.

2.2. Outro aspecto a salientar, é a descoordenação existente entre o que se propõe no programa e as condições materiais das escolas. Prevê-se a realização de trabalhos práticos mais ou menos complicados, quando as escolas, salvo raras e honrosas excepções, além de não terem laboratório de Ciências Naturais, não têm o material que é indispensável para o funcionamento das aulas de Ciências dos Cursos Gerais, e, que se saiba, não foram dadas às escolas em que funcionam estes Cursos Complementares verbas que se destinassem ao seu devido apetrechamento.

2.3. A estrutura geral do programa é bem delineada, com lógica interna, esquecendo apenas a real preparação anterior dos alunos a que se destina.

Importa aqui salientar que é necessário distinguir o que está escrito nos programas, e os conhecimentos que os alunos foram efectivamente capazes de assimilar. Frequentemente o cumprimento dos programas não permite que os alunos tenham tempo assimilar a matéria prescrita, donde resulta que os conhecimentos finais destes não correspondem à letra do programa.

3. A inserção dos Cursos Complementares na actual orgânica do sistema escolar, parece-me que será fundamentalmente com vistas a dar acesso ao ensino superior, passando os alunos do Ensino Técnico a ter como os do Ensino Liceal possibilidade de ingressar na Universidade, embora também se pretenda uma melhor preparação profissional.

Se é certo que os alunos sairão com um somatório de conhecimentos que lhes dará um nível profissional mais elevado, creio bem que no que respeita às possibilidades de acesso ao Ensino Superior, estes alunos continuarão em franca desvantagem relativamente aos do liceu. E a desvantagem mantém-se, não só por um conjunto de antecedentes de ordem socio-económica, que já condicionaram a vinda destes alunos para o Ensino Técnico, mas ainda pela disparidade de curriculum existente entre os Cursos Complementares dos dois ramos de ensino. Se não, vejamos o exemplo muito concreto das minhas alunas, que não sendo excepção, traduz a generalidade:

Têm 37 horas de aula semanais, o que equivale a entrarem normalmente para a escola às 9 horas da manhã e saírem pelas 6 ou 7 horas da tarde, tendo apenas o intervalo do almoço. Note-se que este horário não compreende disciplinas como por exemplo educação física ou educação musical, o que não podemos deixar de lamentar, pela importância educativa de que estas disciplinas de revestem.

Perguntamos:

— Que tempo têm estas alunas para estudar (mais a mais aqui em Lisboa, onde todos sabemos o tempo que se perde em transportes)?

— E que disponibilidade mental têm elas depois duma permanência de 6 ou 7 horas na escola?

— E mesmo que queiram estudar, por onde o vão fazer? Certamente não têm em casa uma biblioteca para consulta de elementos necessários à preparação das aulas; na escola não têm oportunidade para isso, e, acima de tudo, que orientação tiveram anteriormente no sentido de aprenderem a consultar livros? Não foram elas habituadas desde que entraram para os bancos da escola ao livro único — que trazia tudo o que era necessário aprender para passar no exame?...

Parece-me efectivamente que os Cursos Complementares não passam de uma pequena porta, aberta para o Ensino Superior a um número diminuto de alunos do Ensino Técnico, que, em termos percentuais, me interrogo se será significativo.

2.1. Acho que o programa se adapta aos alunos, no que respeita aos conhecimentos anteriores, contanto que os referidos conhecimentos tenham sido assimilados.

2.2. Para cumprir o programa, a Escola teria de ser apetrechada convenientemente.

2.3. Duma maneira geral, aceito o programa que contém os objectivos da disciplina e indicações didácticas. Para a sua realização, há necessidade, absoluta, de textos que terão de ser coligidos e seleccionados por um grupo de professores. É uma necessidade urgente, pois, sem textos, é absolutamente impossível cumprir o programa.

3. Presentemente, não.

ARMINDA SANTOS E SILVA/LUCILIA BIDARRA

Escola Industrial e Comercial de Leiria

1. Nos cursos complementares, leccionamos a disciplina de Português.

Apesar do carácter positivo do Encontro de Professores de Português, em Lisboa, parece-nos demasiado prematuro avaliar, neste momento, a nossa capacidade para realizar, «cabalmente», o programa. Dada a pouca rigidez do mesmo, encontramos-nos numa fase de recolha de elementos, elementos que se nos afiguram insuficientes para o tratamento de certos temas, em virtude da escassez de tempo disponível para essa procura.

2.1. Embora se verifiquem casos em que os alunos correspondem às exigências do programa, a maioria não é, ainda, o tal «leitor da vida» que o programa pressupõe, para a sua realização.

2.2. Não.

2.3. A nossa opinião é francamente favorável.

3. Aachamos que o aluno do Ensino Técnico continua a manter a mesma situação de desvantagem, em relação ao do Ensino Liceal.

PAULA MOURA DE VASCONCELOS

Escola Técnica Avelar Brotero — COIMBRA

1. Lecciono Português numa turma do Curso Complementar de Contabilidade e Administração. Virtualmente, sinto-me apta para essa tarefa, sendo-me no entanto necessária uma aturada preparação quotidiana a preceder a minha actividade pedagógica. A questão, a pôr-se nos devidos termos, seria a de saber-se até que ponto o professor dispõe ou não de tempo necessário para preparar devidamente as suas aulas, tanto mais que se trata de um curso novo, cujo êxito dependerá da seriedade com que for encarado sob todos os pontos de vista. Foi nesta ordem de ideias que, no Encontro de Professores de Português nos Cursos Complementares, realizado no mês de Outubro em Lisboa, se propôs a redução do serviço para aqueles que tenham a seu cargo a docência nestes cursos (independentemente, como é óbvio, do que se tem proposto ou venha a propor-se no sentido de uma diminuição dos tempos lectivos de serviço docente no Ensino Secundário em geral).

2.1. Pessoalmente, penso que, pelo menos em relação a muitos alunos, o programa assenta em postulados ambiciosos e irrealis, como pode ver-se neste passo:

«1. Considera-se que:

1.1. o aluno tenha já adquirido o apetrechamento de linguagem capaz de lhe dar uma razoável expressão oral e escrita;

1.2. tal conhecimento tenha sido consciencializado através de um estudo reflectido de textos literários que lhe houvesse dado uma noção da força e dinamismo de que se reveste uma língua viva, consequência de vivências, de um enriquecimento humanístico;

1.3. o aluno já seja um leitor de livros por opção própria e, acima de tudo, um *leitor da vida*».

2.2. Raras vezes, um programa aparecerá adaptado às condições materiais de todas as escolas; são as escolas, pelo contrário, que devem adaptar-se materialmente aos requisitos de um programa. Neste aspecto, as recomendações programáticas são bem explícitas. Como é evidente, torna-se prematuro adiantar algo mais sobre o assunto: só, no final do ano lectivo, seria possível fazer um balanço dos meios reais com que a Direcção-Geral do Ensino Secundário terá apetrechado as várias escolas.

2.3. Exceptuado o carácter ambicioso a que já me referi em 2.1., o programa, sugerindo mais do que impondo, possibilita ao professor uma grande liberdade, exigindo-lhe em troca um demorado contacto com um vasto domínio da cultura literária, devendo por isso usufruir de disponibilidade suficiente para preparação das suas aulas. De largos horizontes, subentendendo sempre a liberdade de acção do professor (válida apenas quando respeitar a liberdade dos alunos) o programa parece-me estruturado em moldes aliciantes e susceptíveis de concorrerem para a realização de uma experiência com resultados positivos, que seria lamentável comprometer pela falta de simples meios materiais.



Continuam em curso as actividades dos diversos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório, centradas este ano na sequência do que foi definido em Julho de 1973 em duas grandes linhas de actuação: *Por uma Associação de Professores e Pela Revalorização do Estatuto Profissional.*

Nessa perspectiva se têm constituído Grupos de Trabalho para estudo de questões relacionadas com a criação da Associação de Professores e o Estatuto Profissional. É evidente que o trabalho inicial dos Grupos de Estudo é sempre afectado pelas circunstâncias próprias do começo do ano escolar: movimento de professores, dificuldade de conciliação de horários para realização de reuniões de trabalho.

Entretanto, os Grupos de Estudo divulgaram já no presente ano lectivo:

1. Um documento com o objetivo de polarizar todo um trabalho de reflexão colectiva sobre os objectivos e finalidades da Associação, que inserimos na íntegra no tema central deste número.

2. Um outro documento abordando questões relacionadas com o serviço eventual, destinado a fomentar a discussão de alguns aspectos do Estatuto do Professor, do qual transcrevemos:

«Apesar das declarações cada ano repetidas de que o sistema de colocações de professores será melhorado, continuam a verificar-se as habituais anomalias e os

crónicos atrasos. Ainda no presente ano lectivo de 1973/74 estavam por colocar na última semana de Setembro centenas de professores.

Além disso, têm-se manifestado ultimamente um fenómeno aberrante ligado ao recrutamento de novos professores. Assim, enquanto que há escassez de pessoal docente qualificado — como todos nós bem o sabemos pela vivência directa da nossa escola ou liceu —, existe, ao mesmo tempo, desemprego para centenas de jovens dispostos de qualificações académicas necessárias para a leccionação.

Estes novos professores denominados eventuais ou provisórios, estão sujeitos a condições de trabalho que não respeitam os mais elementares direitos de qualquer trabalhador.

E acentuava-se nesse mesmo documento:

«A revalorização da função docente passa, forçosamente, pela extinção do serviço eventual, não sem que todos os professores beneficiem duma formação cultural e pedagógica de nível verdadeiramente científico. Para tal, é necessário que se proceda a uma remodelação dos actuais estágios, abolindo-se o Exame de Estado, e que se facilitem aos professores com habilitações incompletas e que desejam continuar no ensino, condições para as completarem: bolsas de estudo, redução de horário de trabalho, possibilidades de requerer exames ao longo do ano lectivo, realização de cursos intensivos».

É também preocupação dos GEPDES incrementar a intervenção activa de todos os professo-

res no próximo Congresso do Ensino Secundário, anunciado para 1974 no Porto, mediante, nomeadamente, a realização de teses colectivas.

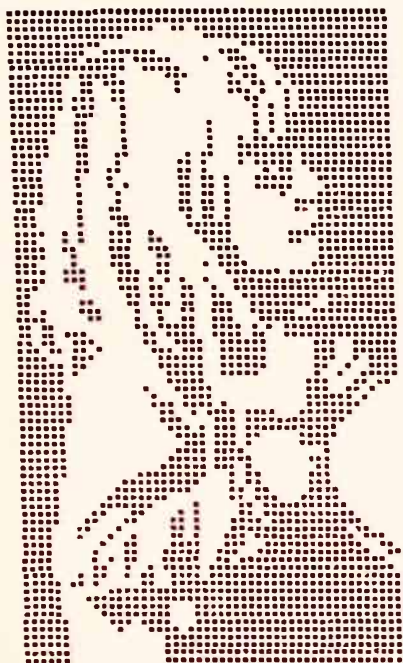
MESA-REDONDA

No dia 24 de Novembro realizou-se na Cooperativa António Sérgio, na Póvoa de Varzim, uma mesa-redonda para apresentação da revista «O Professor».

Após uma intervenção inicial em que se historiou o trabalho desenvolvido pelos Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário e se situou a revista como uma das formas encontradas para facultar à classe docente a possibilidade de debate, esclarecimento e busca de solução para os seus múltiplos e graves problemas, o diálogo generalizou-se.

As pessoas presentes evidenciaram grande interesse pelo esclarecimento de vários aspectos relativos à elaboração e orgânica da revista. Destacou-se especialmente a intervenção de um grupo de professores do Ensino Primário que manifestaram o desejo de uma participação efectiva na elaboração de «O Professor».

Seguiu-se debate sobre algumas das iniciativas dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, particularmente sobre a campanha por uma Associação de Professores como forma de promoção da classe, de luta pelos seus interesses e de defesa do ensino e da cultura.



A ESCOLA QUE EU GOSTARIA DE TER

Gostava de ter uma escola onde houvesse gente de toda a parte.

Uma escola onde os professores não metessem medo e em que também tivessem notas ao fim do período, dadas porém pelos alunos, sem lisonjas, nem vontade de magoar.

Uma escola onde cada um só tinha as disciplinas de que gostava e estudava bem.

Na Primavera iríamos pelo campo dar aula ao pé da natureza. Não haveria faltas e TODA A GENTE SERIA FELIZ. Só iríamos à escola por gosto, pois, quando se vai obrigado, a escola não rende nada. NADA SERIA PROIBIDO. EXCEPTO A MENTIRA.

As turmas mudar-se-iam de semana a semana, para nos conhecermos a todas. *Nós próprias faríamos as leis do liceu*, ajudados pelos professores, *para as compreendermos e acatarmos melhor*.

Os professores teriam que ser justos, sem ser severos em demasia e bons, sem serem demasiado fracos. Teriam que nos julgar, cada um por seu caso, pois não somos iguais uns aos outros — e compreender-nos o mais possível.

Porém não seria uma escola onde todos preguiçassem: a escola seria apenas para quem a compreendesse. E, para isso, ao fim do ano, teríamos que revelar os nossos sentimentos a respeito da escola, *e julgarmo-nos a nós próprias*, sem omitir os defeitos, nem exagerar as qualidades.

E toda a escola seria só uma, unidos uns aos outros por uma amizade profunda.

Era essa a escola que eu gostaria de ter...

(Teresa Guerreiro — 12 anos — Leiria, 1972)

Por razões de ordem técnica e outras a que somos alheios é este número de «O PROFESSOR» distribuído com algum atraso em relação à data prevista, o que lamentamos e procuraremos evitar com os números seguintes.

Neste sentido agradecemos que toda a colaboração para o próximo número nos seja enviada o mais breve possível de modo a que ele possa ser publicado sem novos atrasos.

*Índice da legislação com interesse para os professores portugueses
publicada entre 1 de Outubro de 1972 e 30 de Setembro de 1973*

- Obra Social do Ministério da Educação Nacional — Dec.-Lei n.º 376/72 de 4 de Outubro e Dec.-Lei n.º 177/73 de 17 de Abril
- Nomeação de Directores das Escolas Oficiais do Magistério e das Escolas do Ciclo Preparatório — Dec.-Lei n.º 389/72 de 13 de Outubro.
- Subsídios de residência e de transporte para professores primários e regentes escolares — Despachos de 21 de Outubro de 1972 e de 22 de Fevereiro de 1973
- Categorias de vencimentos dos professores do Conservatório Nacional — Dec.-Lei n.º 403/72 de 24 de Outubro
- Regime de coeducação restabelecido no ensino primário e instituído no Ciclo Preparatório do Ensino Secundário ... Dec.-Lei n.º 482/72 de 28 de Novembro
- Reorganização do G. E. P. A. E. que passa a denominar-se Gabinete de Estudos e Planeamento — Dec.-Lei n.º 485/72 de 2 de Dezembro.
- Estatuto da Aposentação — Dec.-Lei n.º 498/72 de 9 de Dezembro
- Competência do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino — Dec.-Lei n.º 18/73 de 17 de Janeiro
- Alterações na ortografia oficial portuguesa — Dec.-Lei n.º 32/73 de 6 de Fevereiro
- Organização da Direcção - Geral do Ensino Secundário — Dec.-Lei n.º 44/73 de 12 de Fevereiro
- Organização da Direcção-Geral do Ensino Básico—Dec.-Lei n.º 45/73 de 12 de Fevereiro
- Organização da Direcção - Geral da Administração Escolar — Dec.-Lei n.º 46/73 de 12 de Fevereiro
- Organização da Inspeção Geral do Ensino Particular—Dec.-Lei n.º 47/73 de 12 de Fevereiro
- Extinção dos postos escolares do ensino primário, substituídos por escolas primárias — Dec.-Lei n.ºs 67/73 e 68/73 e portaria 140/73 de 26 de Fevereiro
- Organização do Instituto de Tecnologia Educativa—Dec.-Lei n.º 71/73 de 27 de Fevereiro
- Aumento de vencimentos dos servidores do Estado — Dec.-Lei n.º 76/73 de 1 de Março
- Organização da Direcção - Geral de Educação Física e Desportos — Dec.-Lei n.º 82/73 de 3 de Março
- Regras a que deve obedecer a concessão de diuturnidades aos professores dos quadros do ensino preparatório, secundário e médio — Dec.-Lei n.º 95/73 de 10 de Março
- Exercício de funções directivas nos estabelecimentos de ensino técnico médio, secundário, liceal e técnico e nas escolas do magistério primário e do ciclo preparatório — Dec.-Lei n.º 102/73 de 13 de Março e Dec.-Lei n.º 425/73 de 23 de Agosto.
- Estatuto das Pensões de Sobrevivência — Dec.-Lei n.º 142/73 de 31 de Março
- Funcionamento dos órgãos locais do Secretariado para a Juventude — Portaria n.º 254/73 de 10 de Abril
Definição da estrutura e funções dos serviços do Secretariado para a Juventude e da forma de recrutamento e provimento do seu pessoal — Decreto-Lei n.º 520/73 de 12 de Outubro.
- Reorganização do Instituto de Acção Social Escolar—Dec.-Lei n.º 223/73 de 11 de Maio
- Prazos para ingresso nos quadros, transferências e permutas de professores agregados (ensino primário — Portaria n.º 471/73 de 10 de Julho
- Bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo — Dec.-Lei n.º 5/73 de 25 de Julho
- Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto (alteração ao Dec.-Lei 49 233 de 11 de Setembro de 1969) — Dec.-Lei n.º 407/73 de 18 de Agosto e Portaria 593/73 de 1 de Setembro
- Repetição do Exame de Estado pelos professores do ensino primário — Portaria n.º 595/73 de 4 de Setembro.

OPINIÃO DOS PROFESSORES DE LEIRIA

Em inquérito realizado no ano lectivo transacto pelo GEPDES de Leiria, destinado a auscultar o sentimento dos professores desta cidade, no que respeita aos problemas que afectam a classe, perguntava-se a certa altura:

«Por quem acha que esses problemas (de ordem social, pedagógica, económica ou outros) deveriam ser resolvidos?».

Eram dadas, para cada uma dessas espécies de problemas três hipóteses de resposta:
pelo MEN

pelos professores a nível individual

pelos professores em grupo

admitindo-se ainda que, para a resolução desses problemas, houvesse acção conjugada dos organismos e indivíduos acima referidos.

Responderam ao Inquérito 69 professores, com um somatório de 194 referências nas respostas dadas a essa pergunta.

Verificou-se que, para um somatório de 194 referências feitas, 103 indicavam que devem ser os professores, em grupo, a resolverem os seus problemas, isto é, uma percentagem de 84 % das respostas colhidas indicam a necessidade de os professores se agruparem em organismos de classe para, juntos, resolverem os problemas da sua profissão.

Apenas 30 referências foram feitas ao MEN como única entidade a resolver os problemas, havendo ainda 33 referências no sentido de que eles devessem ser resolvidos pela acção conjugada do MEN e dos professores em grupo.

Desta pequena amostragem, se conclui facilmente, e sem lugar a dúvidas, que os professores interrogados entendem que devem ser eles, em grupo, no seio de um organismo associativo, a resolverem os seus problemas — opinião que, posteriormente, foi reafirmada nas respostas dadas aquando da consulta oficial sobre os Estatutos.

Junta-se, para melhor consulta, cópia das respostas ao inquérito, na parte de que nos ocupamos:

Pergunta: QUEM DEVERIA RESOLVER ESSES PROBLEMAS?

Entre as várias hipóteses prováveis de resolução dos problemas pela acção conjugada dos organismos e indivíduos atrás referidos, apenas foram mencionadas as seguintes:

a) — pelo MEN e prof. em grupo: 33 referências

b) — pelo MEN e prof. individualmente: 9 referências

	MEN	Prof. Individual	Prof. em Grupo
Problemas sociais	6	0	57 (90 %)
» Pedagógicos	3	0	59 (95 %)
» Económicos	21	1	35 (61 %)
Outros (a especificar)	0	0	12 (100 %)
SOMATÓRIO DAS REFERENCIAS FEITAS	30	1	163 (84 %)
(TOTAL: 194)			

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Todas estas publicações e as já referidas no n.º 1, bem como outras anteriores e relativas a problemas de educação e ensino podem ser consultadas pelos nossos assinantes e leitores na sede de «O PROFESSOR» na Rua Júlio Dinis, 604-3.º Dto. B no Porto.

LIVROS

- Sob o Signo de Heródoto*, Henrique António Pereira, Ed. Autor, 1972.
- Trabalhos Práticos de História*, B. Lima Remédio e Francisco Santana, Didáctica Editora, 1973.
- Ver Escrever, Temas de Expressão Livre: 1, 2 e 3*, Clotilde Correia Botelho, José Victor Adregão, M.ª Emília Ricardo Marques e Orlando Pinto Baptista.

JORNAIS E REVISTAS

- Bibliografia e Informação* (Boletim do Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência) — n.ºs 15, 16 e 17.
- Documents pour l'enseignement: civisme européen* (Boletim do Serviço de Informação da Campanha de Educação Cívica Europeia e da Associação Europeia de Professores) n.ºs 5, 6 e 7.
- École Libératrice (L')* (Órgão do Sindicato Nacional dos Professores Primários, Paris) — n.ºs 1 a 12 (1973-74).
- Enseignement Public (L')* (Órgão da Federação da Educação Nacional, Paris). n.º 3 (1973-74).
- Flash* (Órgão da Federação Sindical Mundial do Ensino, Bruxelas), n.º 32.
- Independência de Águeda* — n.ºs 2160 a 2167.
- Informação Bibliográfica Mensal* (Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa) n.º 50.
- Jornal do Centro* — n.ºs 49 e 50.
- Jornal do Fundão* — n.ºs 1396 a 1405.
- Notícias da Amadora* — n.ºs 630 a 639.
- Nouvelle Revue Pédagogique (La)* (Bruxelles) — n.ºs 1 a 3.
- Opinião (A)* n.ºs 1 a 20.
- Orientations* — Essais et Recherches en Éducation (Paris) n.º 46.
- Revue Internationale des Enseignants* (Órgão da Federação Internacional Sindical do Ensino, Praga) n.º 2.
- Revue Scolaire (La)* (Órgão da Federação das Comissões Escolares Católicas do Quebec) n.ºs 2 e 3.
- Roda-Viva* (Centro de Formação Geral da Escola Preparatória Francisco Arruda, Lisboa) n.º 21.
- Scuola e Città* (Firenze) n.ºs 1 a 10.
- Tecnologia Educativa* (Instituto de Tecnologia Educativa, Lisboa) n.ºs 80 e 81.
- Voz Portucalense* — N.ºs 42 a 50.

DIRECTORES DE TURMA OU UMA EXPERIÊNCIA EM QUESTÃO

(Continuação da página treze)

caliza o registo das faltas feito pelos empregados, regista as informações dos colegas, envia para casa os postais que dão conta aos encarregados de educação das faltas dadas pelos seus educandos e do aproveitamento dos mesmos a meio do período.

Calcula-se a extraordinária humanização, o enriquecimento do ensino conseguido por esta via...

À possível objecção de que não há nos estabelecimentos de ensino número suficiente de professores habilitados para o exercício do cargo (tal como atrás fica definido) respondemos que não vemos necessidade ou mesmo conveniência em que num primeiro ano, esta experiência abarque necessariamente a totalidade das turmas de cada estabelecimento de ensino. Até nos parecia vantajoso que tal experiência se refizesse primeiramente com as turmas dos primeiros anos e, progressivamente, se fosse alargando aos anos posteriores. Simultaneamente, preparar-se-iam professores em número suficiente para exercer cabalmente este cargo. Aliás, parece-nos que o exercício correcto das atribuições do director de turma necessita que aos mesmos sejam ministrados noções de técnicas de grupo, cursos que os habilitem a coordenar e dinamizar reuniões de alunos, encarregados de educação, de professores, todo um conjunto de técnicas, enfim. Por outro lado, se ao director de turma competem apenas as atribuições que lhe estão a ser dadas nos nossos estabelecimentos de ensino, não compreendemos a razão por que não se deu uma turma a cada professor.

O que para trás fica exposto diz respeito à «experiência», tal como foi definida a nível global. Se entrarmos na concretização da mesma a nível de cada estabelecimento de ensino, o panorama é ainda mais desastoso. A título de exemplo: num liceu da capital, circulou uma ordem de serviço da reitoria, em que se anuncia que os directores de turma só serão remunerados a partir da data em que o liceu notificou a Direcção-Geral da sua nomeação, isto é, a partir de meados de Outubro. Mais: como as propostas de nomeação ainda não tinham sido aceites oficialmente os directores de turma eram por essa via avisados de que teriam de repor o dinheiro recebido, se a respectiva proposta de nomeação não fosse superiormente aceite. Quanto ao facto de os professores já terem entretanto desempenhado funções de directores de turma sem a devida compensação material, respondia-se que também o Reitor desse liceu trabalhava para além do que a sua gratificação justificava!!! No mesmo liceu, ao director de turma compete(!) tomar nota dos professores que não deram as informações da primeira metade do período e receber de cada um deles a respectiva justificação, para as apresentar ao Reitor.

Ao referirmo-nos ao que se passa nesse liceu, queremos apenas dar um exemplo claro das anomalias que se podem cometer. E o que para nós, é ainda mais estranho é pensar que tal cargo deveria, segundo o Decreto que o criou, ter entrado em vigor já no ano passado.

Fátima Rodrigues

NOTAS DE LEITURA

O Poeta faz-se aos dez anos (1)

«E tive mais uma vez uma certeza e uma angústia. Certeza de que os jovens se estão interessando cada vez mais pela Poesia e pela Língua Portuguesa — pelos problemas da linguagem poética; e angústia por não terem *todos* os jovens interessados, por esta ou por aquela razão, a possibilidade, a oportunidade de captarem estas e outras lições, quando e onde elas efectivamente acontecem».

Foram esta mesma certeza e esta mesma angústia, que senti ao ler esta obra do professor-poeta (ou do poeta-professor) Maria Alberta Menéres, que me levaram a escrevinhar à pressa umas breves notas de leitura sobre «O Poeta faz-se aos dez anos». É urgente que esta lição de amor à poesia chegue o mais depressa possível a todos os jovens interessados, é urgente que ela seja meditada por todos os professores de Língua Portuguesa, em cujas aulas essas lições deviam efectivamente acontecer. Despertar as crianças para a poesia-invenção da vida, ensinar aos nossos alunos que «escrever poesia não é nunca alinhar emoções — para desabafar» («Porque poesia não é lágrima, mas o que a lágrima diz». «Porque que poesia não é grito, mas o que o grito esconde») é o projecto que todos nós, professores de Língua Portuguesa, nos propomos realizar nas nossas aulas. O que este livrinho vem demonstrar, com desconcertante singeleza, é que, se tal projecto permanece projecto ou se se converte em remorso, a razão estará certamente algures, mas nunca no facto de as crianças não estarem preparadas para encontrarem a poesia. É uma experiência exaltante redescobrimos com os alunos de Maria Alberta Menéres, crianças de 9, 10, 11, 12 anos, ou com os jovens leitores, de idade compreendida entre os 13 e os 18 anos, da sua secção «Iniciação Literária» do suplemento juvenil dum vespertino da capital, que «a poesia é a beleza da vida», «A poesia é uma maneira de olhar o mundo!», «é ir à raiz das coisas, fugir do habitual, do já sabido» («a primavera dorme na côr verde»). Poesia-actividade lúdica, poesia-rigor, poesia-construção, poesia-redescoberta de si e do mundo, poesia-invenção são alguns dos temas abordados ao sabor da conversa despreocupada, dum diálogo aparentemente sem esque-

ma prévio entre a Autora e os seus jovens alunos e leitores. São trechos, pedaços vivos desse diálogo, que se transcrevem nesta obra. Naturalmente, também, emergem interrogações inquietantes, suscitadas por esse mesmo diálogo: «A quantidade de originais que me chegam às mãos denotando falta de leitura é aflitiva! Esboça-se — se não rebenta, um grito de alarme: é preciso ler. Mas o que lêem os nossos jovens? Em que medida a leitura lhes abre ou lhes fecha o mundo em que se agitam e em que forçosamente terão de viver? Em que medida não encontram nas leituras que fazem, que escolhem, senão sombras do que a realidade realmente é e sugere?»

Leitura, sem dúvida, apaixonante, ela deixa no ar várias perguntas de resposta difícil ou mesmo dolorosa para o educador português: em que medida a escola, a educação actuais abrem ou fecham o mundo em que se agitam e em que forçosamente terão de viver os nossos jovens?

Propositadamente, creio, Maria Alberta Menéres não definiu o público a quem se dirigia esta obra. Ela estava certa na secção de Literatura Juvenil da Livraria, onde, por mero acaso, a encontrei. Estaria igualmente certa numa secção de Pedagogia ou mesmo de Teoria de Literatura. Ela própria o sugere na entrevista transcrita na terceira e última parte do livro: «Realmente a autêntica literatura para crianças é uma literatura para toda a gente.»

Tenho a certeza, porém, que não estarei só no apelo que, para terminar esta minha nota de leitura, faço à Maria Alberta Menéres no sentido de iniciar urgentemente um diálogo com os professores de língua portuguesa, em que nos dê conta da sua riquíssima experiência de ensino de poesia. E por que não através das colunas de «O Professor»?

Um (bom) motivo: a angústia de saber que o poeta também morre aos 10 anos...

Fátima Rodrigues

(1) «O Poeta Faz-se Aos Dez Anos» — Maria Alberta Menéres — edição Assírio e Alvim — Outubro de 1973. 173 págs. — 50\$00.

«Relativamente aos pedidos que lhe foram apresentados pelo presidente da Câmara de Soure, o ministro da Educação Nacional afirmou dar prioridade às actividades ginnodesportivas e de acção social, sem prejuízo da melhoria das instalações. Os outros aspectos da educação, embora constituindo «legítimos anseios» terão de esperar por falta de verba»...

«Diário de Lisboa» 22/10/73

A COISA É SIMPLES E CONTA-SE EM DUAS PENADAS:

Pinho é uma freguesia do concelho. Dista da sede cerca de 9 quilómetros.

A estudar no Ciclo Preparatório e na Secção Liceal tem 34 jovens (alguns, a maioria, crianças).

Entre Pinho e S. Pedro do Sul, há uma estrada esburacada. Mas não há qualquer transporte colectivo.

Há pelo menos, três anos, que os de Pinho pedem uma carreira. A carreira não aparece.

Assim, os jovens estudantes (e não só) têm de percorrer todos os dias, a pé, qualquer coisa como 18 quilómetros, para virem assistir às aulas ou trabalhar à vila.

Saem de casa com de noite e, já de noite, regressam aos seus lares.

Dado que até ao presente, lhes não foi satisfeita esta sua justíssima aspiração, os jovens estudantes decidiram atacar o problema com ironia e oportunidade: alugaram uma carroça puxada por um burro mais ou menos lazarento e, apinhados, na carroça, entraram na vila, percorrendo as principais ruas, exibindo vários letreiros de protesto, entre os quais este: «Nós, representantes dos estudantes de Pinho, pedimos que nos substituam os transportes».

Este incidente trouxe à colação outros. E fala-se da inexistência de professores na Secção Liceal.

— No primeiro ano não há professores de francês, inglês, físico-químicas, matemática e educação física.

— No segundo, não há professores de português, matemática, francês e inglês.

— No terceiro, não há professores de português, físico-químicas e francês.

— No antigo sexto ano não há professores de matemática, literatura e físico-químicas.

Houve quem lembrasse que há secções liceais em piores condições: Carregal do Sal, por exemplo, onde só há um professor (o vice-reitor). Os de Carregal do Sal que o digam....»

JAIME GRALHEIRO

«Estudantes de Pinho (S. Pedro do Sul) pedem transporte» - «A Opinião» - 3-11-73

Um dos grandes problemas da batalha da educação é, sem dúvida, a falta de edifícios escolares, quer pela inexistência dos mesmos de modo a corresponder ao incremento verificado, como ainda pelo péssimo estado em que elevado número deles se encontra. É questão que não pode ser resolvida num ápice, mas que pode vir a ter influência decisiva no êxito do enorme esforço em curso.

Em relação à capital algarvia, o problema tem também premente acuidade, na medida em que, a despeito da criação de múltiplos estabelecimentos na província,

a frequência não diminuiu, antes pelo contrário, por via da autêntica corrida ao ensino.

Estranho, porém, é que, perante tal carência, uma escola primária concluída há cerca de um ano, permanece encerrada. Acreditava-se que, para evitar problemas (?) no decurso do ano escolar transacto, entrasse em funcionamento em Outubro.

Ideia traída, pois que, perante as interrogações e as críticas pertinentes e justificadas, a Escola do Bom João permanece encerrada. Anacrónico, quando tanto se fala do problema das instalações escolares e muito mais anacrónico, lesivo dos interesses e protecção das crianças....»

«Edifício Escolar sem ocupação em Faro» - «Primeiro de Janeiro» de 7-11-73

«De uma aluna do 7.º ano do Liceu, Teresa Cristina, recebemos a seguinte carta: «Fala-se do desenvolvimento do processo educativo, abertura no ensino secundário, reformas, utilização de novos métodos pedagógicos, etc., — e nós, estudantes, ficamos delirantes a imaginar o que se vai passar. Então tudo começa quando vemos os horários: 2.ª-feira — duas horas sem aulas, mas não se preocupem, nós somos superiores às solicitações e até vamos para a biblioteca ler os livros que são os mesmos desde que

o liceu abriu. Mas isso não faz mal. À tarde, volta-se ao liceu para lá passarmos uma hora. Terça-feira passamos outras 2 horas a ler um livro do Eça, que já tinha lido duas vezes. Mas isso também não importa. Como os nossos educadores se preocupam muito connosco e não querem que nos sintamos desprotegidos, à tarde voltamos às aulas. Mas não devem ainda preocupar-se, pois nessa noite podemos ir descansar as fadigas para um cinema, já que as aulas no dia seguinte apenas começam às 11 e 30 e de tarde não há.

Não vale a pena continuar a descrever a divisão pedagógica das disciplinas de um aluno do 7.º ano....»

«Processo educativo e horários nos liceus»
«República» — 19-10-73

«Trata-se da carta de um encarregado de Educação, sr. Manuel Peres que refere factos que podem e devem ser ponderados pelas entidades a eles directamente ligadas.

Diz assim:

Para inscrição do meu filho, no Liceu D. Pedro V, gastei 14 horas, divididas em 4 deslocações. Se os impressos da inscrição fossem vendidos nas papelerias da cidade e as burocracias fossem resolvidas de outra forma, qualquer pessoa perderia apenas uma quarta parte daquele tempo. (Cont. na pág. seguinte)

«O PROFESSOR»

NA IMPRENSA PORTUGUESA

Segundo chegou ao nosso conhecimento, referiram-se a «O Professor», quer dando notícia da saída do primeiro número, quer efectuando transcrições, os jornais «A Capital», «Diário de Lisboa», «Expresso», «Independência de Águeda», «Jornal de Notícias», «Notícias de Amadora», «O Dever», «A Opinião», «República», «Voz Portucalense», «Voz do Trabalho», «Jornal do Fundão», «Diário de Coimbra» e as revistas «Vértice» e «Vida Mundial».

É a nossa vez de transcrever:

...«O Professor vem preencher uma lacuna importante dentro das revistas que reflectem os problemas do professorado nos seus aspectos múltiplos, desde a sua situação profissional até à indicação pedagógica daquilo que deve ser uma prática educativa em termos correctos.

As que presentemente existem são dirigidas por pedagogos e pretendem atingir um público especialista. Pelo contrário, «O Professor», pela correcta articulação que faz entre a sociedade e a política educativa em que se move, é não só para todos os professores, mas também para estudantes e para todos aqueles que se interessam pela política educacional no nosso país».

«Notícias de Amadora», 27-10-73

...«Uma ligeira leitura deu-nos logo a impressão de trabalho sério, como era de esperar do grupo promotor e da sua consciência dos problemas da classe. Pequeno reparo que certamente será remediado: a apresentação gráfica deixa muito a desejar, circunstância que muito se estranha sabendo-se que a maior parte dos nossos artistas gráficos são precisamente profissionais do ensino».

«Diário de Lisboa», 13-10-73

...«Sabemos que «O Professor» tem sido muito bem acolhido pela maioria da classe de que é órgão, facto a confirmar que a sua existência era desejada e necessária.

Que essa existência se prolongue e corresponda cada vez melhor aos anseios dos seus leitores, aos anseios de todos os que se interessam pela promoção e defesa de uma autêntica cultura.»

«A Opinião», 20-10-73

...«É pois de saudar o aparecimento da revista «O Professor» como momento duma trajectória que ela própria aponta no sentido duma Associação de professores, que possa potencializar as vontades e os esforços dispersos e concretizar a força colectiva de todo o corpo docente, só assim verdadeiramente em condições duma acção criadora e eficaz».

R. N. — «O Professor» — uma revista, um movimento — «Vértice», Novembro de 1973

...«deve ensinar matérias que nada têm a ver com o Ensino propriamente dito, o que nos evita a despesa com a sua compra e o tempo perdido a folheá-lo».

Jorge Babo — Em Foco — «O Dever», 20-10-73

NOVA SEDE DE «O PROFESSOR»

A partir de agora dispõe «O PROFESSOR» de uma sede própria na Rua Júlio Dinis, 604 - 3.º D.to - B no Porto onde estão instaladas a Administração e a Redacção, e onde todos os dias úteis das 15.00 às 19.00 horas poderão ser atendidos os colegas que desejem tratar de qualquer assunto relativo à revista.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/ESTÁGIOS

O problema da formação de professores adquire uma nova dimensão e acuidade neste justo momento em que se ensaiam os primeiros passos da ministerial «Reforma do Ensino». Não surpreende, por conseguinte, que «O Professor» faça dele o tema central do seu próximo número.

Entretanto, adiantam-se algumas sugestões que também funcionam como um convite à participação.

1. O professor não pode *deixar-se ser* objecto passivo de uma legislação; antes tem que *assumir-se* como agente responsável do sentido da mudança que é forçoso se opere.
2. O professor há-de consciencializar-se de que as transformações em que, por dever moral, tem de participar não se circunscrevem aos limites internos da Escola; antes se alargam à sociedade que à escola compete dinamizar no sentido mais progressista e justo.
3. A formação de professores não pode ter como objectivo o *técnico do ensino*; antes deve estar orientada para a educação de mentalidades aptas e dispostas a intervir autonomamente em todos os aspectos da gestão escolar.
4. A formação de professores não pode ser limitada no tempo nem nos meios; antes deve envolver a possibilidade de uma actualização permanente e o acesso a todas as formas de valorização profissional, pedagógica e científica.

Concretamente, em relação aos estágios, põem-se os seguintes problemas:

I — FINALIDADE DO ESTÁGIO

1. Mecanização didáctica ou formação e actualização de professores?
2. Preparação de quadros directivos ou de verdadeiros orientadores pedagógicos?

II — ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Sessões de Didáctica:

- a) discussão crítica da matéria programada ou mera repetição das leituras indicadas pelos metodólogos?;
- b) teorias expostas de maneira vaga e aleatória ou consideradas face às possibilidades de aplicação no ensino português?;
- c) orientação imposta pelos metodólogos ou definida pela equipa estagiários-metodólogos?

2. Ambiente psicológico:

- a) possibilidade de verdadeira colaboração entre os estagiários?;
- b) disponibilidade para uma séria reflexão sobre o trabalho realizado?;
- c) possibilidade de comportamento crítico face à orgânica estabelecida superiormente?

3. Aspectos vários:

- a) fiscalização ou orientação metodológica?;
- b) aulas para alunos ou para metodólogos?;
- c) planos de lição, «dossiers» burocráticos, etc. ou pedagogia activa?;
- d) possibilidade de trabalho em grupo?;
- e) tempo de trabalho semanal?;
- f) material didáctico, instalações, organização das turmas, etc.?

III — CLASSIFICAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS: quantitativa ou qualitativa?

IV — EXAME DE ESTADO: qual a sua justificação?

V — METODÓLOGOS E ASSISTENTES: nomeados ou seleccionados em concurso público?

VI — ESTÁGIOS VELHOS — ESTÁGIOS NOVOS.

Toda a colaboração — individual ou colectiva, trabalhos de análise ou simples depoimentos... — deverá ser enviada para a sede de «O PROFESSOR».

Em preparação: CONDIÇÕES DE TRABALHO

AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS — EXAMES

Os 11 cadernos com capa tipo «dossier», cuja aquisição é obrigatoriamente feita no liceu, custaram 82\$50. Porque não se compram os cadernos nas papelarias, onde custam metade do preço?

Acontece também que os fatos de ginástica são obrigatoriamente comprados no liceu e por preço exagerado.

Como o meu filho tinha calções e sapatos do ano anterior, pensei que pudessem ser aproveitados. Pensei erradamente. Só o equipamento vendido no liceu servia. De resto, o mesmo equipamento de ginástica comprado em qualquer estabelecimento comercial custava mais barato...».

«*Estabelecimento liceal ou empresa comercial?*»

«*República*» — 18-10-73

«Um ano passou sobre o nosso primeiro alerta. As escolas primárias são as mesmas. O aspecto detestável, a falta de asseio, a carência de sanitários próprios e de um recinto de recreio, tudo permaneceu. Nada mudou...».

«*Estado das escolas primárias*».

«*Jornal do Centro*» 10/73

«... Outubro é a altura da grande confusão. Tudo se vai acumulando e quase se chega, nesta época, à explosão. As aulas estão para abrir, mas não abrem. Não há estabelecimentos suficientes, não há professores devidamente preparados, não

há horários, não há livros. E então as coisas começam a arrumar-se de qualquer modo, às vezes como melhor se pode, porque o que interessa é que a máquina não pare e continue a funcionar, mesmo que bastante mal...».

«*Ensino: a história que se repete*» - «*Comércio do Funchal*» 25-10-73

«Já referimos nestas colunas a situação (lamentável) de professores agregados de vários pontos do país que se queixavam de não lhes ter sido pago, na altura devida, o vencimento.

Chega-nos, agora, a indicação de que os professores agregados do ensino primário do concelho de Sintra ainda não receberam o ordenado do mês de Agosto...».

«*República*» — 24-10-73

«CUBA. — Estão já a funcionar, no novo edifício pré-fabricado, as aulas do ensino preparatório, abrangendo já o terceiro ano.

Causou um certo espanto à população, a maneira improvisada como foram recrutados os professores».

«*Professores improvisados*»
«*República*» — 6-11-73

Em Portugal apenas 26 crianças em cada mil têm possibilidades de lugar numa creche e, nos jardins de infância,

«*Creches e Jardins de Infância*» - «*A Opinião*» — 3-11-73

COERÊNCIAS...

... «A contestação é uma nova metodologia de ensino». Ao iniciar a sua palestra a sra. dra. Anastácia informou os presentes de que, sendo professora oficial e estagiária neste liceu, a mesma seguiria as directrizes emanadas dos mais altos escalões hierárquicos.

«*Coerência*» - «*Expresso*» — 3-11-73

... «— numa Escola Comercial da capital, uma das mais conceituadas, um professor de Religião e Moral, ao falar numa aula de apresentação, alvitrou entre outros sabedores conceitos o(s) seguinte(s):

... Quando virem um professor na rua ou na escola é vosso dever cumprimentá-lo, porém não lhe devem estender a mão, pois é um superior e, como tal, não têm esse direito.

Será, isso sim, da vossa obrigação e do vosso dever, curvarem-se à sua passagem. Caso tenham na cabeça um boné ou um chapéu deverão prontamente tirá-lo...».

«*Quando vires um professor curva-te à sua passagem*» - «*República*» — 23-10-73

«... Em relação às iniciações culturais, qualquer iniciativa é encarada com as maiores reservas por parte das autoridades locais. Os exemplos multiplicam-se. Açam que não interessam, pois são coisas que causam preocupações. Aliás as autarquias locais não se importam é de dar dinheiro para grupos de forçados ou clubes de futebol.

Quanto a pessoas que se desloquem a Portalegre para conferências, colóquios ou qualquer manifestação artística, isso acontece muito raramente e são erguidos montes de obstáculos pelas autoridades, que tudo têm de sancionar...».

«*A cultura em Portalegre: as autoridades têm que sancionar tudo*»
«*República*» — 3-11-73

«QUAL É O ESTABLISHMENT QUE APONTA A EDUCAÇÃO À CABEÇA — E DISPARA?» Artur Portela Filho
«*República*» — 24-9-73.

15.~

11/1

PROJECTO DE REFORMA DO ENSINO

Outra vantagem da Universidade é a organização dos seus estudos. O Conde considerava-a admirável e a melhor garantia da ideia conservadora. E aqui copio textualmente o relatório que acompanha o seu notável *Projecto de Reforma do Ensino*:

«Têm alguns espíritos ávidos de inovação, ainda que no fundo sinceramente afeiçoados aos princípios conservadores, sustentado que o sistema da *sebenta* (como na sua jovial linguagem lhe chama a mocidade estudiosa) é antiquado. Eu considero, porém, a *sebenta* como a mais admirável disciplina para os espíritos moços. O estudante, habituando-se, durante cinco anos, a decorar todas as noites, palavra por palavra, parágrafos que há quarenta anos permanecem imutáveis, sem os criticar, sem os comentar, ganha o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adoptados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas. Perde a funesta tendência — que tanto mal produz — de querer indagar a razão das coisas, examinar a verdade dos factos; perde, enfim, o hábito deplorável de exercer o livre-exame, que não serve senão para ir fazer um processo científico a venerandas instituições, que são a base da sociedade. O livre-exame é o princípio da revolução. A ordem o que é? — A aceitação das ideias adoptadas. Se se acostuma a mocidade a não receber nenhuma ideia dos seus mestres sem verificar se é exacta, corre-se o perigo de a ver, mais tarde, não aceitar nenhuma instituição do seu país sem se certificar se é justa. Teríamos então o espírito da revolução, que termina pelas catástrofes sociais!».

« O Conde de Abranhos», Obras de Eça de Queiroz,
vol. III, Lello & Irmão — Editores, Porto, 1966, p. 320.

QUESTIONÁRIO

I. ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO

(Responda assinalando com uma cruz o quadrado respectivo)

1. 1. Considera que a Associação deverá abranger:

— o pessoal docente de todos os graus de ensino? ☐

— o pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário, com ligações futuras a outras organizações de classe (dos ensinos primário, superior e outros)? ☐

— ☐

1. 2. A Associação deverá agrupar:

— apenas os que possuem habilitação legal (académica e pedagógica) para o exercício da docência? ☐

— todo o pessoal docente, independentemente da categoria (efectivos, eventuais ou provisórios, agregados, auxiliares etc.)? ☐

— ☐

2. FINALIDADES DA ASSOCIAÇÃO

(Responda indicando a ou as finalidades por ordem de importância — 1, 2, 3, ... Poderá colocar 2 ou mais finalidades na mesma ordem de importância, atribuindo-lhe número igual).

A Associação terá como fim:

— estudar e defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros em actividade, no desemprego (por doença ou por afastamento involuntário) e na reforma? ☐

— estabelecer entre todos os seus membros, independentemente da especialização ou da categoria, laços duradouros de solidariedade? ☐

— pugnar pela transformação dos métodos e meios de ensino público, do ponto de vista material, pedagógico e social, visando uma verdadeira democratização da educação nacional? ☐

— defender e promover a qualidade do ensino, através de uma melhor qualificação de todos os docentes? ☐

— lutar contra toda e qualquer discriminação relativa a nomeação e promoção, que não seja motivada pela capacidade profissional do docente? ☐

— pugnar pela defesa das liberdades fundamentais e dos direitos do pessoal docente? ☐

— pugnar pela participação de todos os docentes na gestão escolar, nos aspectos administrativos e pedagógicos? ☐

— contribuir para a elevação do nível intelectual e cívico do País? ☐

— ☐

— ☐

15. ~

1/1

PROJECTO DE REFORMA DO ENSINO

Outra vantagem da Universidade é a organização dos seus estudos. O Conde considerava-a admirável e a melhor garantia da ideia conservadora. E aqui copio textualmente o relatório que acompanha o seu notável *Projecto de Reforma do Ensino*:

«Têm alguns espíritos ávidos de inovação, ainda que no fundo sinceramente afeiçoados aos princípios conservadores, sustentado que o sistema da *sebenta* (como na sua jovial linguagem lhe chama a mocidade estudiosa) é antiquado. Eu considero, porém, a *sebenta* como a mais admirável disciplina para os espíritos moços. O estudante, habituando-se, durante cinco anos, a decorar todas as noites, palavra por palavra, parágrafos que há quarenta anos permanecem imutáveis, sem os criticar, sem os comentar, ganha o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adoptados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas. Perde a funesta tendência — que tanto mal produz — de querer indagar a razão das coisas, examinar a verdade dos factos; perde, enfim, o hábito deplorável de exercer o livre-exame, que não serve senão para ir fazer um processo científico a venerandas instituições, que são a base da sociedade. O livre-exame é o princípio da revolução. A ordem o que é? — A aceitação das ideias adoptadas. Se se acostuma a mocidade a não receber nenhuma ideia dos seus mestres sem verificar se é exacta, corre-se o perigo de a ver, mais tarde, não aceitar nenhuma instituição do seu país sem se certificar se é justa. Teríamos então o espírito da revolução, que termina pelas catástrofes sociais!».

« O Conde de Abranhos », Obras de Eça de Queiroz,
vol. III, Lello & Irmão — Editores, Porto, 1966, p. 320.

15.~

QUESTIONÁRIO

I. ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO

(Responda assinalando com uma cruz o quadrado respectivo)

1. 1. Considera que a Associação deverá abranger:

- o pessoal docente de todos os graus de ensino? ☐
- o pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário, com ligações futuras a outras organizações de classe (dos ensinos primário, superior e outros)? ☐
- ☐
- ☐

1. 2. A Associação deverá agrupar:

- apenas os que possuem habilitação legal (académica e pedagógica) para o exercício da docência? ☐
- todo o pessoal docente, independentemente da categoria (efectivos, eventuais ou provisórios, agregados, auxiliares etc.)? ☐
- ☐
- ☐

2. FINALIDADES DA ASSOCIAÇÃO

(Responda indicando a ou as finalidades por ordem de importância — 1, 2, 3, ... Poderá colocar 2 ou mais finalidades na mesma ordem de importância, atribuindo-lhe número igual).

A Associação terá como fim:

- estudar e defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros em actividade, no desemprego (por doença ou por afastamento involuntário) e na reforma? ☐
- estabelecer entre todos os seus membros, independentemente da especialização ou da categoria, laços duradouros de solidariedade? ☐
- pugnar pela transformação dos métodos e meios de ensino público, do ponto de vista material, pedagógico e social, visando uma verdadeira democratização da educação nacional? ☐
- defender e promover a qualidade do ensino, através de uma melhor qualificação de todos os docentes? ☐
- lutar contra toda e qualquer discriminação relativa a nomeação e promoção, que não seja motivada pela capacidade profissional do docente? ☐
- pugnar pela defesa das liberdades fundamentais e dos direitos do pessoal docente? ☐
- pugnar pela participação de todos os docentes na gestão escolar, nos aspectos administrativos e pedagógicos? ☐
- contribuir para a elevação do nível intelectual e cívico do País? ☐
- ☐
- ☐
- ☐
- ☐

3. ORGANIZAÇÃO

(Responda assinalando com uma cruz o quadrado respectivo)

Considera que a orientação da Associação:

- deverá ser da responsabilidade exclusiva de uma direcção eleita periodicamente? ☐
- deverá assentar em estruturas que assegurem a participação activa e responsável de todos os professores nos seus estabelecimentos de ensino, actuando a direcção da Associação como elemento coordenador? ☐
- ☐

4. OUTRAS SUGESTÕES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

5. No caso de se constituir uma Comissão Promotora da Associação:

- indique algum(s) professor(es) que lhe pareça dever(em) integrar a Comissão Promotora

.....

.....

.....

.....

.....

- aceitaria fazer parte dela?

SIM NÃO

☐ ☐

6. A sua resposta a este questionário foi dada:

- após debate com outros colegas
- sem debate prévio?

☐

☐

Nome

Categoria

Estabelecimento de ensino.....

Morada..... Telefone.....

**A utilizar somente
no continente e
Ilhas Adjacentes**

R S F

**Não carece de selo
O porte será pago
pelo destinatário**

**Bilhete Postal-Resposta
Autorizado pelos C. T. T,**

T

O professor

RUA JÚLIO DINIS, 604-3.º Dt.º - B

P O R T O

o professor

boletim de assinatura

COLEGA :

O PROFESSOR não recebe quaisquer subsídios de entidades oficiais ou particulares, dependendo, por inteiro, das receitas provenientes das assinaturas. Ajude-o a expandir-se, fazendo-se assinante ou inscrevendo dois novos assinantes por meio deste postal com resposta paga.

1. Nome

.....

Morada

..... Tel.

Estabelecimento de ensino

Assinatura normal
de apoio

riscar o que não
←—interessar—→

Com início no n.º

2. Nome

.....

Morada

..... Tel.

Estabelecimento de ensino

Assinatura normal
de apoio

Com início no n.º

Portugal 60\$00

Estrangeiro. 75\$00

Assinatura de apoio . .
a partir de 100\$00

Por via aérea: Preços indicados a pedido